UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE ASSU
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

ALESSANDRA KENNEDY OTACIANO

CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA

ASSÚ
2024

ALESSANDRA KENNEDY OTACIANO

CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia – DGE, do Campus Avançado de Assu – CAA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia. Linha de pesquisa: Assentamentos Rurais, Assu, R-existência, Território.

Orientador: Profa. Dra. Zenis Bezerra Freire

ASSÚ

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O87c Otaciano, Alessandra Kennedy
CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ASSÚ RN UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA. / Alessandra Kennedy Otaciano. - Assu, 2024.
66p.

Orientador(a): Profa. Dra. Zenis Bezerra Freire.
Monografia (Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Assentamentos Rurais. 2. Assu. 3. R-existência. 4. Território. I. Freire, Zenis Bezerra. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

ALESSANDRA KENNEDY OTACIANO

CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia – DGE, do Campus Avançado de Assu – CAA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia.

Aprovada em: ____/____/_____.

Banca examinadora

Profa. Dra. Zenis Bezerra Freire - Orientadora

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Dr. Raimundo Inácio Da Silva Filho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Ma. Ohana De Alencar Pajeú

Secretária de Educação do Estado do Ceará - SEDUC

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam diariamente pela vida e pelo acesso à terra no Brasil .

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela dádiva da vida, por manter-me de pé em meio aos momentos difíceis e por permitir que eu me tornasse a mulher forte que hoje sou.

Aos meus pais, trabalhadores rurais, que também passaram pela condição de assentados e lutaram pela terra e por ter me apoiado incondicionalmente durante a minha trajetória. Obrigada por acreditarem e investirem neste meu sonho que tornou-se nosso. Obrigada por não permitirem que eu desistisse de mim em meio aos violentos traumas que passei. E, por fim, obrigada pela educação que me foi dada e por todo amor envolvido durante o processo.

A orientadora deste trabalho, a Doutora Zenis Bezerra Freire por direcionar-me durante a presente pesquisa realizada, que sem ela, a mesma não seria possível. Além disso, agradeço a amizade pautada no respeito e admiração que construímos durante o meu processo de formação. Obrigada pelos bons e reais momentos, pelo apoio incondicional e pela mão a mim estendida na vida em meio as lutas. Deixo a ti meu respeito e admiração.

Aos professores e professoras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte que contribuíram para meu processo de formação, em especial a professora mestra Mirrayla Campos Feitosa.

Aos meus colegas de turma e de curso e, em especial a Vanessa Tavares, Karina Karen e Sayane Aquino, mulheres incríveis, inteligentes e fortes que tornaram-se minhas amigas que levarei para fora das fronteiras da universidade. Anseio calorosamente pelo sucesso de vocês.

As minhas irmãs do curso para a vida, Antônia Kalidiani e Tânia Maria, mulheres excepcionais de força inigualável, inspiradoras de abraços reais, que me apoiaram incondicionalmente durante nossa graduação, não soltando em momento algum as minhas mãos nos momentos mais difíceis e nos mais felizes. Obrigada pelos risos sinceros, pelos abraços calorosos e pelas críticas construtivas.

Ao meu companheiro de vida, pelo incentivo e todo apoio durante essa caminhada chamada graduação.

Por fim, agradeço a mim por ser quem sou, re-existindo em meio ao caos vivenciado diariamente, sendo este, fruto violento do preconceito e da maldade dos “homens”. Agradeço a mim por não desistir e permanecer lutando.

"Queremos que a terra possa
Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono
Senhores Donos de Terra.
Queremos plantar no outono
Para ter na primavera
Amor em vez de abandono
Fartura em vez de miséria

Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra…
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
– Granada contra granada
– Metralha contra metralha!

E a nosso guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!"

(MORAIS, Vinicius de. Homens da terra. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1943.)

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar os conflitos por terra no município de Assú, localizado no estado do Rio Grande do Norte, a partir do assentamento professor Maurício de Oliveira, relacionados a estrutura fundiária brasileira. Também será abordado o problema da concentração histórica de terras e a atuação dos movimentos sociais de luta como mitigadoras das problemáticas resultantes nas dificuldades da implementação da reforma agrária no Brasil. O assentamento pesquisado situa-se no estado do Rio Grande do Norte, na região nordeste do Brasil, mais precisamente no município de Assú/RN distante, aproximadamente, 210 km da capital do estado. Para a consolidação da pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. Inicialmente analisou-se a estrutura fundiária brasileira e o problema histórico da concentração de terras, além da atuação dos movimentos sociais na luta pela terra e os conflitos territoriais mediante as ocupações, como forma de acesso à terra, e os que estiveram presentes durante o processo. Posteriormente, fez-se uma análise sobre a territorialização dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra no Brasil e no Rio Grande do Norte, com destaque a criação dos assentamentos rurais e as principais áreas de conflitos por terra no estado. Por último, fez-se a caracterização do assentamento pesquisado de acordo com a relação dos sujeitos assentados com a terra e a vida, além dos conflitos fundiários em meio às próprias vivências.

Palavras-chave: Assú, Território, Assentamentos Rurais, R-existência.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze land conflicts in the municipality of Assú, located in the state of Rio Grande do Norte, from the perspective of the Professor Maurício de Oliveira settlement, related to the Brazilian land structure. It will also address the issue of the historical concentration of land and the role of social movements in mitigating the resulting problems in the difficulties of implementing agrarian reform in Brazil. The researched settlement is located in the state of Rio Grande do Norte, in the northeastern region of Brazil, more precisely in the municipality of Assú/RN, approximately 210 km from the state capital. To consolidate the research, the methodological procedures used were: bibliographic review, collection of secondary data, and field research. Initially, the Brazilian land structure and the historical problem of land concentration were analyzed, as well as the role of social movements in the struggle for land and territorial conflicts through occupations, as a means of accessing land, and those that were present during the process. Subsequently, an analysis was made of the territorialization of social movements fighting for land access in Brazil and in Rio Grande do Norte, with a focus on the creation of rural settlements and the main areas of land conflicts in the state. Finally, the characterization of the researched settlement was made according to the relationship of the settled subjects with the land and life, as well as land conflicts in the midst of their own experiences.

Keywords: Assú, Territory, Rural settlements, r-existence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Localização de Assú/RN……. 14

Grafico 01 - Violência contra as mulheres - no primeiro semestre de 2022……..... 32

Gráfico 02 - Causadores das violências no eixo terra……...33

Gráfico 03 - Ocorrência dos conflitos por terra no primeiro semestre de 2021 e 2022 no Brasil……..……...35

Gráfico 04 - Espacialização da luta pela terra segundo as mesorregiões geográficas…… 37

Mapa 02 - Sede do assentamento Prof° Maurício de Oliveira/Assu/RN…….. 40

Quadro 01 - Trajetória dos membros da ocupação……..….41

Quadro 02 - Experiência na produção agrícola……..... 41

Figura 01 - Entrada do assentamento Professor Maurício de Oliveira……...……. 45

Figura 02 -Sede da associação do assentamento Professor Maurício de Oliveira……... 53

Figura 03 - Produção na horta comunitária do assentamento prof° Maurício de Oliveira….. 53

Figura 04 e 05 - Produção de mudas de espécies nativas do bioma caatinga em um dos quintais do assentamento……. 54

Figura 06 e 07 - Imagens das produções do assentamento…… 57

Figura 08 - Canteiro de um quintal produtivo com mais de uma cultura cultivada…...……...58

Figura 09 - Horta comunitária do assentamento professor Maurício de Oliveira……...……..60

LISTA DE SIGLAS

DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MTST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
RN	Rio Grande do Norte
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13

2 REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAIS NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....18

3 CONFLITOS POR TERRA: COTIDIANO CAMPONÊS E RE-EXISTÊNCIAS.... 27

4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA/ ZONA RURAL DE ASSU/RN.....38

5 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS: AGRICULTURA FAMILIAR, O USO DA TERRA, PARTILHA E TROCA NO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA..... 51

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 62

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....64

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos fundiários são um tema amplamente discutido no Brasil e no mundo, fazendo-se presente inclusive na realidade de milhares de famílias que vivem em busca do acesso à terra, estejam eles ou não na condição de assentados rurais. No Brasil, essas disputas perpassam as fronteiras do tempo e carregam consigo uma herança histórica repleta de injustiça e perversidade refletida na imensidão do território brasileiro. Essa herança decorre desde o período colonial, com a invasão, divisão e distribuição desigual das terras entendidas hoje como território brasileiro pela coroa portuguesa, dando assim subsídio ao cenário contemporâneo (LIMA, 2010).

Ao usurpar, expropriar, roubar e colonizar estas terras, surgiram os primeiros latifúndios, que concentram as terras e a renda do país. A partir dessa divisão desigual, surgem conflitos territoriais no Brasil que posteriormente se intensificam. Quanto a esse debate, cabe salientar que no Brasil são mais de quinhentos anos de luta pela vida, liberdade e pelo direito à posse da terra em meio à violência desumana dos grandes latifundiários sobre os pequenos grupos rurais, mas que representa, no entanto, também se apresenta como cinco séculos de resistência.

No Brasil, "o debate acerca do que convencionou-se chamar de questão agrária" (SILVA, 1981, p. 4) está intrinsecamente ligado à como vem sendo disposta historicamente a estrutura fundiária brasileira e consequentemente aos movimentos sociais que buscam o acesso à terra onde estes atuam como agentes mediadores do problema histórico da concentração da terra e renda no Brasil (MARTINS, 1999).

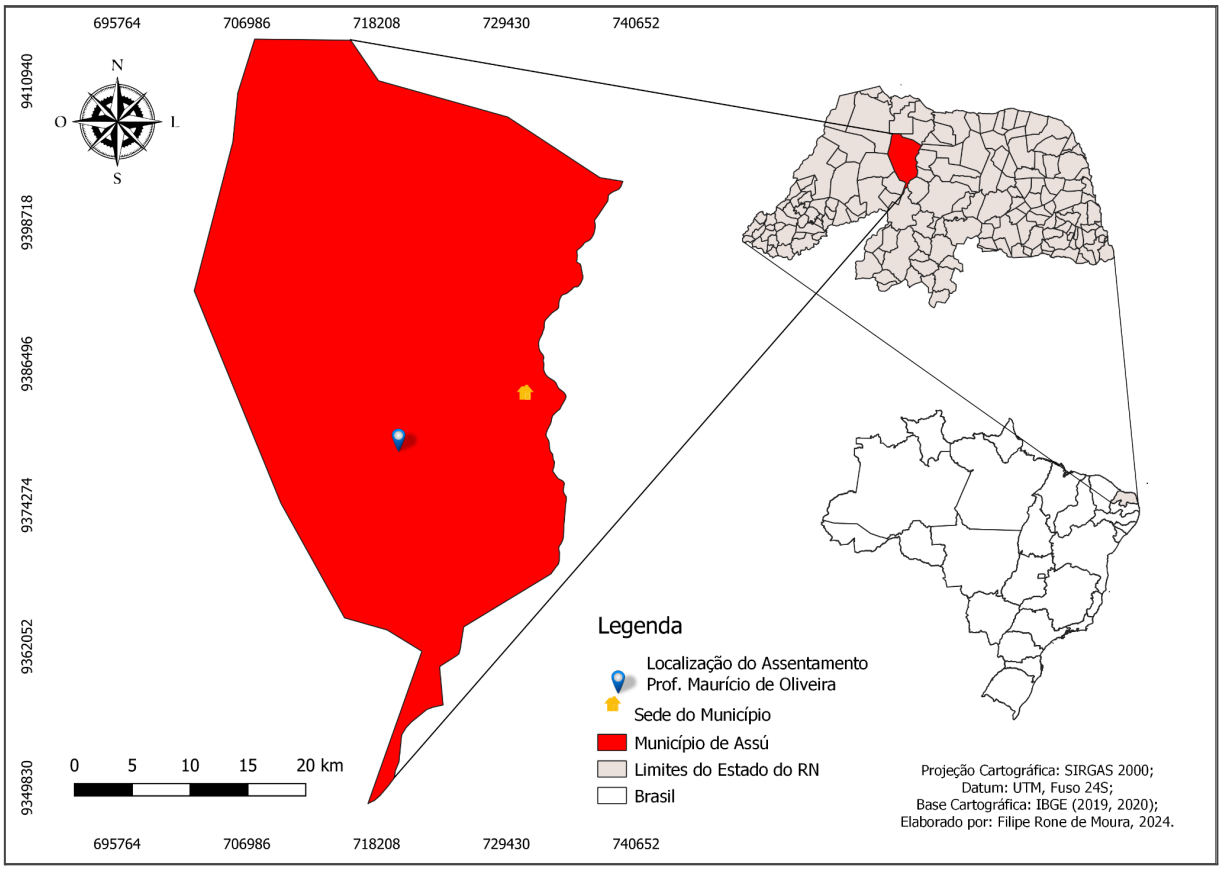
A "concentração de terras, associada à privatização da mesma" (SILVA, 2010, p. 21), tem dado subsídio para diversos conflitos sociais, a exemplo, os conflitos fundiários no Brasil. Com isso, as discussões sobre tal problemática "são fatos que estão presentes desde o período da colonização brasileira" (Silva, 2010, p. 21).

Para entender os embates fundiários em Assú/RN, faz-se preciso entender primeiramente o território em destaque e suas dinâmicas, como por exemplo, como se dá o uso da terra e como estas estão distribuídas socialmente, ou seja, a quem pertencem essas terras. Em contrapartida aos usos e desusos da terra é necessário entender as dinâmicas do território de Assú e como estão distribuídas socialmente. No entanto, este trabalho é amplo e complexo, pretendemos segui-lo em pesquisas futuras. No entanto, a fim de contribuir com o debate realizaremos uma reflexão destes conflitos a partir do assentamento Professor Maurício de Oliveira.

Assú é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande Norte,

na região nordeste do país. Possui uma área territorial de 1.303,442 km² e uma população de 56.502 habitantes (IBGE, 2023). Já o assentamento Professor Maurício de Oliveira situa-se na região imediata e intermediária do Açu (IBGE, 2017). A seguir a representação das localizações citadas anteriormente:

Mapa 01 - Localização de Assú/RN



Fonte: Felipe Rone, 2024

A cidade apresentada, até 2010, contava com 13.868 residentes na zona rural e 39.359 habitantes na zona urbana (IBGE, 2010). O assentamento estudado está situado às margens da BR 304, há aproximadamente 17 km da sede de Assú. O mesmo conta com 70 famílias alocadas, contendo aproximadamente 250 residentes. Ao longo da pesquisa, também foram apresentados dois outros fatores: a relação dos assentados com a terra e as dificuldades que estes enfrentam na luta pela sua permanência nela, destacando, entre eles, o papel que ele representa nas vidas dessas agricultoras e agricultores e os principais desafios que enfrentam desde a territorialização do assentamento em foco.

Para entendermos como se deu o processo de territorialização do assentamento Professor Maurício de Oliveira, devemos discutir primeiramente a centralidade do processo

de territorialização, sendo este um processo de construção e planejamento do território, caracterizado pela fixação do homem na terra através do domínio de técnicas relacionadas a sua lógica de criação e o seu processo de desenvolvimento (ANDRADE, 1995; HAESBAERT, 2004, 2010; PECQUEUR, 2005).

Para isso, o embasamento ocorreu mediante os relatos dos principais envolvidos neste processo de luta, os moradores do atual assentamento professor Maurício de Oliveira, e através da análise das re-existências partida destes sujeitos reivindicadores de direitos e vivenciadores de inúmeras lutas.

Destaca-se neste trabalho a análise de conflitos fundiários que ocorrem no município de Assú-RN, apresentando, a priori, a perspectiva do grupo de assentados residentes no Assentamento Professor Maurício de Oliveira, sobre esses conflitos, a relação destes assentados com a terra e as suas perspectivas sobre os conflitos que fazem parte dessa realidade latente.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar como se constituem os conflitos territoriais por terra na zona rural do município de Assú/RN, tomando como base a realidade do assentamento professor Maurício de Oliveira.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se compreender qual a perspectiva dos assentados acerca dos conflitos fundiários por eles enfrentados e sistematizar os desafios enfrentados pelos assentados no acesso à terra e suas formas de resistências na área delimitada do estudo. A escolha da área pesquisada deu-se por meio de três fatores: a) a familiaridade com o território estudado, tendo em vista a existência de vínculos familiares com indivíduos do assentamento destacado; b) Ser filha de pai e mãe agricultores e ter vivenciado a condição de moradora de assentamento rural por boa parte de minha vida; c) por fim, e não menos importante, pelo interesse adquirido sobre a área estudada durante a graduação.

No tocante à escolha do tema deste trabalho, está diretamente relacionada ao processo de formação de geógrafos estabelecidos na universidade, como linha de pesquisa estabelecida a partir do componente de geografia agrária e pensamento crítico, ampliando o entendimento da dimensão atribuída à questão agrária brasileira.

Para a construção desta pesquisa, estabelecemos o conceito de território como central, já que é em volta dele que se fundamentam as principais discussões atribuídas a este trabalho. A pesquisa realizada para a construção deste trabalho se subdividiu em:

A) Pesquisa Bibliográfica: Para o embasamento teórico deste trabalho, fizemos o levantamento das fontes bibliográficas referentes ao tema trabalhado. Pesquisa essa realizada no acervo da biblioteca da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, em repositórios e

revistas científicas de geografia, em sites como o google acadêmico, bancos de dados de órgãos como o IBGE, o INCRA, a CPT, FETARN e o MST, e no atlas da questão agrária brasileira.

B) Organização dos Dados: Escolha dos dados secundários de acordo com a distribuição dos capítulos do trabalho, após o levantamento dos principais dados, organizamos em sequência os materiais que seriam utilizados como referência no desenvolvimento de cada capítulo do trabalho.

C) Elaboração de Roteiro de Campo: Sistematização dos trabalhos de campo, partindo da saída para o campo até a volta do mesmo, com a organização das principais perguntas a serem introduzidas nos diálogos experienciados no campo, escolha dos pontos de referência do assentamento para ser conhecido, organização das etapas de visita in loco com escolha de períodos, datas e custos de realização da atividade.

D) Pesquisa de Campo: A pesquisa de campo foi elaborada em sete encontros, com duração de, em média, quatro horas cada; estes ocorreram, em sua maioria, à tarde e todos durante os fins de semana de outubro a dezembro de 2023, e se divide em etapas, a partir:

- Visita de reconhecimento do campo e contato inicial com os moradores do assentamento escolhido para a pesquisa. Neste primeiro momento, fui guiada por uma moradora do assentamento e parente próxima, que nos apresentou a diversos moradores e os principais pontos de referência do assentamento.
- Escolha da Amostra: Após o reconhecimento do campo e parte dos residentes do assentamento, buscamos as principais lideranças do assentamento para mantermos contato durante a elaboração da pesquisa e contarmos com a contribuição dos mesmos para o trabalho. Foram escolhidos moradores que participaram de todas as etapas até a consolidação do assentamento, a representação formal da associação dos moradores e moradores à frente de movimentos de luta.
- Coleta dos Dados em Campo: Os dados foram coletados através de diálogos com os residentes previamente escolhidos do assentamento. Nestes diálogos, buscamos entender toda a trajetória desses moradores até chegarem neste espaço, como se deu a territorialização do assentamento e os principais desafios enfrentados durante esse processo. Visamos manter os diálogos expansivos, introduzindo os principais questionamentos de acordo com a abertura que os moradores nos davam em seus relatos. Os diálogos foram consentidos e registrados por meio de gravações de áudios com posteriores transcrições escritas, e participaram desses diálogos, membros de 7 famílias, totalizando 11 pessoas.

E) Análise e Separação dos Dados: A análise dos dados se deu no decorrer da parte escrita do trabalho, onde separamos as principais informações coletadas durante os diálogos para utilização de acordo com as discussões propostas em cada capítulo do trabalho. Desta forma, destacamos as informações pertinentes a cada discussão.

F) Banco de Dados Fotográfico: Foi construído ao longo dos trabalhos de campo, visando abranger as principais áreas do assentamento com tempo espaçado, para não prejudicar as demais etapas da pesquisa de campo.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos, no primeiro, a discussão se volta à estrutura fundiária brasileira, destacando o problema da distribuição desigual de terra no Brasil, causando o acúmulo e concentração a poucas famílias, e a luta pelo acesso à terra. Também, é tratado o problema da questão agrária, entendendo que no Brasil não há reforma agrária, pois a entrega de terras por meio da criação de assentamentos não supre a dimensão da problemática. Por conseguinte, discutiremos a política de assentamentos rurais no Brasil que, em sua maioria, se dão mediante a luta dos movimentos socioterritoriais, além dos impactos destas criações. No segundo capítulo, discute-se sobre o processo de territorialização do assentamento estudado, com destaque aos movimentos de luta, como o MST, pela terra. Já no terceiro capítulo, é realizada a discussão sobre as relações comunitárias: A agricultura familiar e o uso da terra e a relação dos assentados e assentadas com a terra. Finalizamos com a discussão sobre os conflitos fundiários, com destaque aos ocorridos no território e para o assentamento, analisando a partir dos relatos de resistências dos membros do assentamento professor Maurício de Oliveira.

Na construção deste trabalho, foram utilizados pseudônimos para referenciar os sujeitos que proporcionaram a coleta de dados, de relatos dos moradores do assentamento estudado, importantes para a pesquisa. Foram precisos os usos dos pseudônimos “Seu Zezinho”, “Dona Maria”, “Dona Luz”, “Dona Dêssa” e “Batuque”, por não ter ocorrido a submissão deste trabalho ao comitê de ética. A escolha desses pseudônimos ocorreu de forma aleatória, sem ligação alguma com os sujeitos envolvidos, buscando assim, preservar a suas identidades e integridade.

.

2 REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAIS NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.

No Brasil, "o debate acerca do que convencionou-se chamar de 'questão agrária'" (Silva, 1981, p. 4) está intrinsecamente ligado à forma como historicamente vem sendo disposta a estrutura fundiária brasileira e, consequentemente, aos militantes dos movimentos sociais de luta pela terra. Estes atuam como agentes mediadores do problema histórico da concentração de terra e renda no Brasil (Martins, 1999).

Os precedentes da atual estrutura fundiária brasileira dizem muito sobre a forma como a mesma está organizada. Ao considerar o contexto histórico, observa-se que a estrutura fundiária brasileira é desigual e caracteriza-se pela concentração de terra nas mãos de famílias que as herdaram desde o período da colonização brasileira, onde a terra foi explorada para a manutenção da riqueza da coroa portuguesa e da elite fixada neste território. Percebe-se a persistência desse aspecto na atualidade, o que consequentemente faz com que os maiores afetados continuem sendo os trabalhadores rurais sem terra, pessoas em situação de pobreza e os movimentos de luta.

As discussões inerentes às falhas na distribuição de terras "ressurgem" em meio aos debates, sendo estes de ordem política e/ou social. Há a tentativa de tornar esse debate novo, como se em algum momento o fosse esquecido ou apagado da história brasileira, contudo como cita Silva (1981), o mesmo problema nunca deixou de estar ali, tão pouco deve ser considerado como um problema do agora.

Dá-se a entender que a invisibilização desse problema é totalmente proposital, fazendo parte de uma estratégia política a sua não mediação, ou seja, apresenta-se como um recuo a reformas agrárias. Por outro lado, o que se observa é a permanência de injustiças a grupos sociais, como os trabalhadores rurais sem terra, que historicamente, por meio da não reestruturação da estrutura fundiária, são os mais afetados em meio ao descaso irrefutável e da negligência de direitos sociais e humanos.

Sobre os movimentos de luta e a desigualdade na detenção da propriedade e o domínio da terra, Oliveira (2007) destaca o seguinte:

> Então, a luta de classes como centro do desenvolvimento da história, é um princípio teórico que me utilizo para fazer a análise da realidade social. Esta luta de classe se manifesta do ponto de vista do controle efetivo do território, ou seja, quando aqueles que trabalham não têm terra e são obrigados a migrar para as fronteiras, Amazônia, por exemplo, ou ainda para as cidades; lá chegando também não vão ter terra (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

De acordo com Oliveira (2007), a ocorrência das migrações dos trabalhadores rurais que saem do campo para as cidades é decorrente diretamente do impedimento ao acesso à terra, este último não deixa de ser resultante da grave concentração de terra dos grandes latifundiários que caracterizam historicamente e de forma desigual a estrutura fundiária em meio à questão agrária brasileira.

Diante do contexto da desigualdade da concentração fundiária no Brasil, analisada por autores como Silva (1981), Oliveira (2007) e Martins (1999), vê-se a urgência da discussão sobre a reforma agrária, pois também trata-se de debater sobre a forma como a estrutura fundiária está organizada. Ou seja, como a terra está dividida e distribuída no Brasil, e a quem está atribuída a detenção da propriedade e posse. É nesta perspectiva que deve-se buscar entender as implicações da estrutura fundiária para a realidade, na qual milhares de afetados buscam viver na terra e da terra.

Silva (1981, p. 5) discute que a “empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerada que em períodos anteriores". Neste mesmo período, milhares de trabalhadores rurais tiveram suas produções afetadas, pois estes outrora viviam da sua produção em suas propriedades rurais, e com o crescimento da produção capitalista no campo, estes agricultores sequer mantiveram-se da produção para subsistência.

É evidente a interferência da expansão capitalista no campo e nas vidas dos pequenos produtores, pois estes, diferentemente dos grandes produtores, não conseguem se manter durante grande parte das crises no campo, tendo em vista as formas de produção e as estruturas de produção, que ressaltam na desigualdade entre estes dois tipos de produtores que parecem viver em duas dimensões distintas numa mesma realidade.

Sobre a questão agrária, Oliveira (2007) evidencia do contexto histórico a lei de terras de 1850, que atuou como mais uma medida de restrição para o acesso à terra para as classes sociais mais carentes, pois a partir desta lei foi determinado que a obtenção de terras públicas só seria possível por meio da compra, passando a inviabilizar o acesso à terra por meio da doação e da posse.

A terra há séculos tem sido utilizada como um bem, principalmente pela propriedade privada. Contudo, essa prática se apresenta como um agravante ao acesso à terra para as classes populares. Neste mesmo contexto, os latifundiários propagam a ideia da terra como um bem particular, e apenas aqueles que podem adquirir esse 'bem' por meio da compra, podem deter o poder sobre a mesma e determinar qualquer que seja a sua finalidade.

Pensando na inexistência da reforma agrária e da busca pela mesma Oliveira (2007) aposta o seguinte:

> Não há governo nenhum, nem o de Lula, que tenha feito ações por livre determinação. A Reforma Agrária no Brasil só existirá porque a ação social de luta pela terra existe e não porque o governo Lula fez um plano (II Plano Nacional de Reforma Agrária), como o que participei em 2003, na equipe do Plínio de Arruda Sampaio. Achava que o governo Lula ia fazer a reforma agrária e isso vou mostrar pra vocês com os dados que ela não ocorre (OLIVEIRA, 2007, p. 09).

Ao fazer uma retrospectiva histórica sobre todas as propostas já propagadas das possíveis implementações de uma reforma agrária no Brasil, destas, nenhuma corresponde à altura da dimensão cada vez mais agravada da estrutura latifundiária brasileira. É nesse contexto que os movimentos sociais tomaram a frente da luta pela terra.

Sobre a estrutura agrária, Silva (1981), ressalta que ela permanece concentrada e, até nos momentos de crise, a mesma demonstra um aumento das grandes propriedades de terras em relação às pequenas propriedades:

> As pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, processo de fagocitose (SILVA, 1981, p.12 - 13).

Nos períodos de crise no campo, os pequenos produtores mais afetados acabam sucumbindo ao latifúndio. Em diversos casos, estes se veem obrigados, de forma indireta ou direta, a venderem sua propriedade para que possam se manter durante essa adversidade. Em momentos como este, os movimentos sociais são de extrema importância no enfrentamento desta realidade.

Haesbaert (2014), sobre o território e as dinâmicas socioespaciais, aponta a importância do papel dos grupos sociais nas lutas de classe, em prol da igualdade, justiça e liberdade em relação à terra, ao território e à vida nestes espaços de conflitos, a partir da necessidade urgente e importante de se ter a reforma agrária brasileira.

Nesta dimensão, surgem os projetos de reforma agrária com suas políticas voltadas aos direitos da população como tentativa de modificação da estrutura agrária. Uma destas políticas é a implementação dos assentamentos rurais, que, por sua vez, também são um reflexo da luta dos movimentos sociais, os quais no Brasil são criados, a priori, por intermédio de movimentos como o campesinato e MTST. No Brasil,

> o desafio para a garantia do exercício de direitos esbarra em profundas desigualdades sociais e relações de apadrinhamento, orientadas por projetos políticos; o que fragiliza não somente a garantia de direito, como também a implementação de políticas públicas que possam sanar as demandas da população, potencializando, assim, as vulnerabilidades e a segregação de alguns grupos populacionais (MOLINARO, 2020, p. 107).

Em relação ao poder público, entender os direitos da população e perceber as necessidades que os mesmos enfrentam não é, e tão pouco será, o suficiente para a mitigação dos problemas destes cidadãos. As políticas públicas devem atuar neste contexto, buscando minimamente garantir os direitos dos envolvidos, como iniciativa para combater a segregação da parcela da sociedade marginalizada.

Sobre o poder público e a garantia dos direitos das pessoas assentadas, Miwa et al. (2023, p. 501) apontam que:

> A vida em assentamentos rurais pode dificultar o acesso a alguns direitos básicos, como a educação de jovens e adultos, o que pode ser consequência da localidade em que se encontram ou mesmo da falta de interesse público em investir nesses territórios (MIWA et al, 2023, p. 501)

O poder público, analisando o contexto da realidade do grupo social em questão, parece se ausentar de suas responsabilidades na garantia dos direitos das pessoas assentadas, como se não bastasse todas as dificuldades já enfrentadas, no que diz respeito à luta pela terra e à manutenção da vida no campo. Ressaltamos que a luta daqueles que buscam o acesso à terra não acaba com o ingresso à mesma, a partir daí, apenas muda-se o objeto almejado, deixando de ser a terra e passando a ser as condições para se manter nela.

Sobre os assentamentos rurais no Brasil, Bergamasco (1997) diz que estes assentamentos dão base a novas formas, sejam acerca das formulações de produções e dos tipos de produção, seja na qualidade de vida, incluindo, o tempo destinado à atribuição de uma tarefa ou do trabalho. Os assentamentos rurais estão voltados à vida e ao trabalho no campo, por esse motivo devem ser pensados como parte da sociedade, não como objeto de um outro mundo.

As experiências vivenciadas em espaços como os de assentamentos rurais estão, sim, relacionadas às formas às quais estes indivíduos vivem, são vistos e são assistidos socialmente. Ou seja, há a associação de serem assentados com as formas nas quais são vistos, são tratados ou julgados. Por mais que estar nos assentamentos já seja uma vitória, o permanecimento se mostra como uma luta constante na condição de pessoa assentada.

Sobre os projetos de assentamentos rurais, a reforma agrária e os movimentos de luta no Brasil, Júnior (2011), expressa que da década de 1990 a 2010, a reforma agrária foi muito discutida e neste mesmo período cresce relativamente o contingente de assentamentos rurais no país. Neste sentido, deve-se atrelar o protagonismo dos movimentos sociais a cada conquista relacionada à terra e à vida no campo.

Mais uma vez, não há como não relacionar os movimentos sociais com as conquistas no campo, como por exemplo, os trabalhadores rurais sem terra, sem acesso à terra, seja por meio das ocupações ou dos assentamentos rurais dos projetos de reforma agrária, pois são estes que reivindicam, lutam e cobram os direitos tanto das pessoas assentadas quanto das pessoas em condição de sem terra.

Acerca da atuação dos movimentos sociais, Júnior (2011, p. 5) destaca que "a sociedade civil organizada em movimentos sociais no campo é quem pressiona o Estado para a realização de PA[1]s". Ou seja, é por intermédio destes sujeitos dentro dos movimentos, que o Estado passa a mediar a situação em relação ao acesso à terra e a reforma agrária, caso contrário, o cenário problemático permaneceria praticamente imutável, já que o Estado e suas políticas públicas não pendem para o lado das classes sociais mais baixas.

O Estado brasileiro sabe que há urgência na resolução do problema da estrutura fundiária, e mesmo assim deixa evidente o descaso em relação a este problema. Logo, há necessidade de movimentos de luta para que o mesmo passe a responder de acordo com a demanda. Cabe ressaltar que o Estado brasileiro possui uma organização de classes para a estrutura fundiária, com isso, para a burguesia, o problema são os movimentos sociais, e para os movimentos trabalhadores/campesinato o problema é a falta de terra e as condições para viver nela. Mediante a atuação dos movimentos sociais, Mitidiero Júnior (2011) afirma o seguinte:

> Não é por menos que a expressão 'conquista da terra' é bradada por muitos militantes desses movimentos sociais, uma vez que a noção de conquista carrega em si a luta contra o latifúndio e a pressão frente ao Estado. Tal compreensão leva à conclusão de que, sem a existência dos movimentos sociais reivindicatórios, não haveria assentamentos rurais especializados por todo o território nacional (JÚNIOR, 2011, p. 5-6).

Mais uma vez, faz-se uma ressalva ao importantíssimo papel destes movimentos de luta, pois é diante do Estado que estes movimentos dão os segmentos necessários para a consolidação dos assentamentos rurais em escala nacional. Isso ocorre por meio das

[1] SIGNIFICADO

reivindicações, ocupações e manifestações. Os movimentos de luta sempre estarão defronte ao que diz respeito aos direitos das pessoas sem terra e assentadas no Brasil. Neste sentido, Oliveira (2007, p. 28) diz:

> Não resta alternativa para aqueles que nunca tiveram terra do que continuar lutando, porque só assim se garantirá à parcela sem-terra da sociedade, no futuro, o direito de uma vida melhor (OLIVEIRA, 2007, p. 28).

A luta pelo acesso à terra mediante a estrutura agrária não deve tampouco desistir de seu objetivo, pois é através desses movimentos que nos aproximamos cada vez mais da terra.

Na luta pela terra, em tese, o Estado enquanto nação não poderia ser ineficiente no que diz respeito ao seu acesso, mas a realidade exibe a omissão e historicamente negligencia a causa, tendencialmente mediando o processo a favorecer de forma indireta ou direta as classes não afetadas pela problemática. Júnior (2011) sobre o Estado e sua interferência no desenvolvimento dos assentamentos ressalta o seguinte:

> O Estado é quem dita os passos e as técnicas para o assentamento das famílias. É nesse processo que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária (JÚNIOR, 2011, p. 7).

Divergente à implementação dos projetos de assentamento governamentais, estão os trâmites legais que são necessários para a consolidação e o acesso aos assentamentos, que acabam dificultando o acesso à terra, pois, em suma, estes se dão de forma lenta, bem como carregam discurso jurídico de difícil acesso aos populares. Logo, é possível constatar que se tratam de estratégias que visam tornar o processo de acesso à terra lento, com o intuito de levar à desistência da luta por parte dos sujeitos. Em virtude da larga propagação do agronegócio no campo por parte da grande indústria produtora, em oposição à entrada na terra por parte das minorias, Bergamasco (1997) faz uma ressalva à importância do acesso à terra e as técnicas, terem que acontecer de forma justa e não unilateral.

Neste mesmo sentido de avanço do Agronegócio no campo, permanece a contrariedade vivenciada por aqueles que reivindicam a terra historicamente, no cerne do ato de não estar na terra asseguradamente ou sequer estar. Contudo, ano após ano vemos o agronegócio tendo seu destaque e seu espaço garantido no campo, utilizando a terra como mercadoria, em busca do lucro. Ramos (2009), toma a discussão que se faz em torno da

necessidade social do Estado criar políticas públicas direcionadas à fundação dos assentamentos rurais, tendo em vista que o Estado brasileiro, diante da estrutura agrária e mediante seus poderes, deve buscar formas de viabilizar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra. O papel do Estado é decisivo para a criação desses assentamentos do ponto de vista institucional, que certifica juridicamente, o direito conquistado historicamente pela vida e pelo trabalho na terra.

Não basta criar diversas políticas públicas voltadas para a criação dos assentamentos rurais, o que deve ser feito é pôr em vigor estas políticas, pois a realidade comprova que para que eles se efetivem é preciso muita luta, trabalho, coragem e resistência, vindos da parte afetada, além da iniciativa que deve ser tomada pelos órgãos responsáveis pela mediação do problema.

Sobre o "enfraquecimento dos movimentos de combate e organização social e o papel do Estado", Júnior (2011, p. 7) afirma que

> essa realidade coloca, de um lado, o Estado ora deficiente na realização das políticas públicas, ora cooptado nos assuntos da questão agrária e, de outro lado, a organização social enfraquecida e sumariamente perseguida pelo próprio Estado, pela velha oligarquia rural e pela mídia (JUNIOR, 2011, p. 7)

Como se não bastasse a ineficiência do Estado, o favoritismo exacerbado a favor do monopólio elitista e a perseguição empregada por eles, os movimentos sociais também são alvos da mídia, que tende a distorcer como se dão as ocupações de terra, ocultando as reais motivações para esses desdobramentos e, para além, tão pouco mostra as atrocidades sofridas por aqueles que estão lutando dentro dos movimentos.

Para Ramos (2009, p. 73), se faz necessário a "criação de condições/políticas públicas para a facilitação do trabalho nas terras dos assentamento e a permanência no campo", tendo três condições básicas para essa manutenção da vida nos assentamentos, estas são: a "política de crédito/financiamento na época apropriada, a de assistência técnica, no momento necessário e a política de apoio à comercialização/escoamento da produção"(Ramos, 2009, p. 73).

Diante das questões levantadas, nota-se que a partir da implementação de três possíveis políticas públicas a realidade dessas pessoas assentadas já mudaria e assim veria-se uma nova realidade, pois mediante a tais questões, torna-se mais abrangente os acessos em âmbitos como a inserção no mercado, acesso aos créditos e as técnicas. Desta forma veríamos os assentados que vivem de suas produções ocupando novos espaços no mercado.

Ainda no contexto das políticas de assentamento, Oliveira (2007, p. 09) ressalta as formas possíveis para se estabelecerem na terra.

> Torna-se possível ocupar e destinar para a criação dos assentamentos rurais as terras devolutas, que dizem respeito às terras do poder público sem nenhuma destinação pelo mesmo e nunca foram um bem particular (OLIVEIRA, 2007, p. 9)

Já, "A segunda forma se dá por meio do usufruto de terras particulares improdutivas, onde o poder público adquire estas terras e as destina para os projetos de assentamento pelo Brasil'' (OLIVEIRA, 2007, p. 09).

No caso do locus desta pesquisa, as terras onde os assentados se localizam faziam parte de uma propriedade privada e estavam em desuso, tornando-se possível sua destinação a criação de assentamentos rurais com base nos projetos de reforma agrária existentes no país. Silva (1981), traz um ponto muito oportuno dentro das decisões acerca da reforma agrária. Este autor destaca que muito se confunde a questão agrária com a questão agrícola. Por mais que ambas estejam interligadas, são duas questões distintas e devem ser vistas e tratadas como tal.

Essa relação se fortifica quando em determinado contexto, há um certo avanço na produção agrícola, este que diz respeito somente à questão agrícola. Contudo, costuma-se, propositalmente, levantar o aumento da produção agrícola como "solução" da questão agrária. Porém, não propagam que majoritariamente esse aumento está relacionado à produção advinda do agronegócio que vai de contrapartida à resolução das efetivas reformas agrárias.

Durante o chamado "milagre brasileiro", ocorrido entre 1967 e 1973, Silva (1981, p. 4) aponta que de fato "o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia" atrelado diretamente ao aumento da produção voltada para exportação. Com isso, a questão agrária aparentava estar sendo resolvida e sobre ela quase não se discutiu, ao contrário, foi propositalmente abafada pela "repressão política".

Mediante a essa discussão, quem foram os beneficiados por esse aumento na produção para exportação? Infelizmente, foram os grandes produtores que fazem parte da indústria sombria do agronegócio. Aqueles que não fazem parte do "Agronegócio" são brutalmente atingidos pelo efeito Agro, o qual está cada vez mais presente no campo, dificultando a permanência dos trabalhadores rurais através de sua produção.

Quando Haesbaert (2014) discute os territórios em disputa, também podemos inserir no debate a questão da produção capitalista no campo e as dificuldades enfrentadas por quem vive da terra e na luta por ela, pois essa relação se configura como uma disputa territorial,

partindo do pressuposto que a terra é tida como garantia de renda para a manutenção do latifúndio, já para os trabalhadores rurais, a terra é a garantia de seu sustento e da manutenção da vida no campo.

Ao nos debruçarmos sobre as discussões acerca da questão do território no Brasil, estão presentes as relações de poder, nas disputas territoriais e nos conflitos por terra, assim sendo o eixo dessa discussão. Dentro das disputas por território, há dois lados envolvidos, um que diz respeito às milhares de famílias sem terra junto dos movimentos de luta; e o outro, no qual está toda a classe latifundiária e o aparato governamental que recebem, fator central para não existência de uma reforma agrária democrática e popular. Haesbaert (2009) aponta a importância de discutir os processos de territorialização mediante o capitalismo, pois é através dele que se adere e reformulam novos territórios. Durante essa construção de territórios pelo capitalismo, dois outros processos ocorrem para que esta territorialização se dê. Estes são os processos de expropriação e desterritorialização da terra.

A ocorrência de desterritorialização de um território já existente ocorre, majoritariamente, para que um novo seja territorializado nesse mesmo espaço. Essa nova territorialização, fará uma reconfiguração deste território preexistente, o organizando de formas diferente, partindo da divisão territorial para a estruturação desse território passado. O processo de expropriação infelizmente ocorre frequentemente durante a criação dos novos territórios, podendo ocorrer mediante a iniciativas legais ou por meio da pressão/intimidação daqueles interessados nesse território. Independente da finalidade e do intermediador, o processo de expropriação geralmente ocorre de forma desumana.

A carater de exemplo, pode-se citar as diversas expropriações ocorridas antes, durante e depois do processo de colonização do atual território brasileiro, onde os colonizadores utilizaram-se da violência física e mental e do regime de escravidão contra os colonizados. Essa ocorreu de forma extrema, onde sequer foram respeitadas as crenças, as culturas e tão pouco a vida e a humanidade dos povos indígenas. Durante este período por onde a expropriação se dava, um rastro de sangue estava, pois milhares de vidas foram tiradas de forma desumana, e não há justificativa alguma que seja aceitável.

No próximo capítulo, discutiremos acerca dos conflitos fundiários ocorridos no assentamento Professor Maurício de Oliveira, de acordo com as vivências dos moradores que participaram de todo o processo que antecedeu a consolidação do assentamento pesquisado.

3 CONFLITOS POR TERRA: COTIDIANO CAMPONÊS E RE-EXISTÊNCIAS

Os conflitos por terra no Brasil marcam uma história repleta de dores e desumanidade para com as minorias. Desde o início da colonização do território que hoje conhecemos como Brasil, as disputas territoriais e, consequentemente, os conflitos pela terra deram margem a diversos problemas latentes até os dias de hoje, como os processos violentos de expropriação da terra dos pequenos produtores, a exploração da força de trabalho humano, exclusões sociais e a falta de assistência no meio rural.

Nesta dimensão, esses mesmos grupos de sujeitos prejudicados historicamente agarram-se à esperança de viverem enquanto agricultores e agricultoras de forma digna, vivendo de seu trabalho, partilhando não somente dos produtos deste, mas também da seguridade de seus direitos enquanto cidadãos, vivendo em si, numa dimensão onde as resistências não sejam mais necessárias.

Acerca do processo de resistência Porto-Gonçalves (2002) destaca que a junção, como numa simbiose, do processo de resistência em meio à luta que tornou-se o existir enquanto membro dos movimentos sociais de luta, enquanto reivindicadoras e reivindicadores da detenção dos direitos sociais, tornou-se particularmente parte indissociável da luta pela terra.

Nesta perspectiva, notamos o resistir em meio à luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, como os sujeitos que participaram da consolidação do assentamento trabalhado nesta pesquisa, atua como uma das formas de existir na condição de agricultores e agricultoras que lutam pela sua propriedade rural, pelas condições de manterem-se dignamente de seu trabalho e, acima de tudo, pelos direitos dessa classe.

Sobre os territórios e as resistências intrínsecas nas relações dos movimentos de luta para com estes, Porto-Gonçalves (2002, p. 86) afirma que “Pode-se então afirmar que defender a vida e defender o território, território que se estende desde o nosso corpo até o ‘corpo da Terra’, são ações inerentes uma à outra”. Ou seja, ao lutar pela terra, luta-se também pela vida, pois para estes não há como separar essas duas causas.

Mediante aos relatos de resistências dos moradores do assentamento pesquisado, manter-se na luta, não desistindo da territorialização do que tornou-se o assentamento Professor Maurício de Oliveira, foi para muitos manter-se vivos, pois para essas pessoas a terra é parte essencial para a manutenção da vida, e uma vez desistindo desta luta desistiria-se assim da vida no eixo terra.

Sobre o resistir em meio à luta pela terra e a interferência do território, Porto-Gonçalves (2020) apresenta o seguinte:

> Assim, se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem (PORTO GONÇALVES, 2016, p. 87).

Entendendo as dimensões da luta pela terra e o quão violento é esse processo, o resistir toma um lugar de destaque no que diz respeito à vida destes sujeitos que vivem da luta e na luta pela terra. Sendo assim, esse conceito de resistência representa adequadamente a dimensão do sentido desta luta no tocante das vidas dos que nela estão.

Acerca dos conflitos por terra no Brasil, Porto-Gonçalves e Cuin (2016, p. 242) apontam que

> O processo contraditório de desenvolvimento do espaço agrário da sociedade brasileira tem se caracterizado por relações sociais de poder que primam pela violência e que tem como cerne a histórica concentração fundiária (PORTO-GONÇALVES, CUIN, 2016, p. 242).

Certamente que o atual quadro da estrutura fundiária brasileira foi formulado sobre uma série de violências advindas da classe elitista para com as classes de baixa renda. Nesta mesma perspectiva, esses grandes latifundiários aumentaram e/ou consolidaram seus capitais às custas do trabalho exploratório em condições desumanas em sua maioria.

Por trás das detenções de fortunas exacerbadas da burguesia agrária, está o sangue e a vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, que tão pouco consolidaram o sonho de ter sua terra e viver de seu trabalho nesta, realidade encarada na vida destes que lutam pela terra.

Mediante a problemática, destacam-se as relações abusivas de poder que estão diretamente relacionadas à terra e o uso desta para a obtenção de lucros para o capital dos grandes latifundiários. Nesta perspectiva, Porto-Gonçalves e Cuin (2013) apontam o seguinte:

> Desde os anos 1970, já sob a ditadura (1964-1985), que uma nova fase de desenvolvimento se abre no campo brasileiro com profundas transformações nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia que ratificaram o padrão de poder moderno-colonial do latifúndio, com suas monoculturas de exportação e a histórica violência de classe/étnico-racial que nos governa há 500 anos! Essa nova fase do velho padrão de poder passou a ser conhecida como “Revolução Verde”, por uns, e por “Modernização Conservadora”, por outros, e seus avanços no campo tecnológico pareciam consagrar a profunda injustiça social e a violência que subjazem a esse contraditório padrão de poder (PORTO GONÇALVES, CUIM, 2016, p. 242).

Durante o processo de consolidação do assentamento Mauricio de Oliveira, os conflitos relacionados à terra se fizeram presentes fortemente, partindo do período da ocupação às margens BR 304 próximo às terras especuladas para a criação de um

assentamento para alocação destas famílias que estiveram presentes nesta luta. Os relatos dos moradores que vivenciaram estes conflitos só comprovam a tamanha violência comumente sofrida por aqueles que lutam pela terra.

> Na ocupação dessas terras chegamos aqui só eu e meu marido, meus três filhos ficaram com minha sogra, por que sabíamos dos riscos a que estávamos sujeitos. Graças a Deus, nossos filhos não viram nem ouviram tudo que passamos. Foram muitas as vezes que eu pensava que nós íamos morrer a qualquer momento, perdi a conta das noites que não pregamos os olhos com medo do pior acontecer ali mesmo onde dormíamos" (DONA MARIA, 2023).

Para essas famílias, a ocupação dessa área foi mais que importante para a realização de um sonho partilhado por essas diversas famílias, mas também foi uma prova de resistência, física e principalmente psicológica, onde praticamente todos os envolvidos passaram pela fome, pela sede, pelo medo da morte.

Como já citado, o processo de ocupação como medida para a mitigação do problema da concentração de terras de um lado e do acesso à terra aos sem-terra de outro tornou-se de extrema importância para a causa dos sem-terras, mas também é um gatilho para o surgimento de inúmeras disputas, entre aqueles que fazem parte dos movimentos socioterritoriais e os proprietários legais das terras ocupadas por estes movimentos, quando estas não são de domínio público.

A violência psicológica foi uma das armas mais utilizadas para com os acampados da ocupação em questão.

> Tomem cuidado, de repente um carro tomba por cima dos barracos de vocês, aqui não é lugar para vocês, a ordem é para não deixar ninguém entrar, vão procurar um trabalho rebanho de vagabundos, uma coivara aqui bota abaixo essas barracas, por bem o por mal vocês vão sair daqui (RELATOS DE UM MORADOR, 2023).

Para além das ameaças advindas dos responsáveis pela propriedade onde foi estabelecida a ocupação deste movimento em questão, fazia-se presente a repressão de órgãos como a polícia militar da cidade e a falta de apoio do sindicato dos trabalhadores rurais, fazendo com que estes indivíduos buscassem apoio em outras cidades, em outros sindicatos em diversos centros de apoio como a CPT.

> A luta não foi pequena, nem fácil, era perseguição de todos os lados, fora do nosso acampamento era o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), e dentro do nosso acampamento era a força policial armada, que hora entrava dentro de nossas casas hora colocava até arma na cabeça da gente. De tudo nós víamos, o problema é que nada era coisa boa (DONA LUZ, 2023).

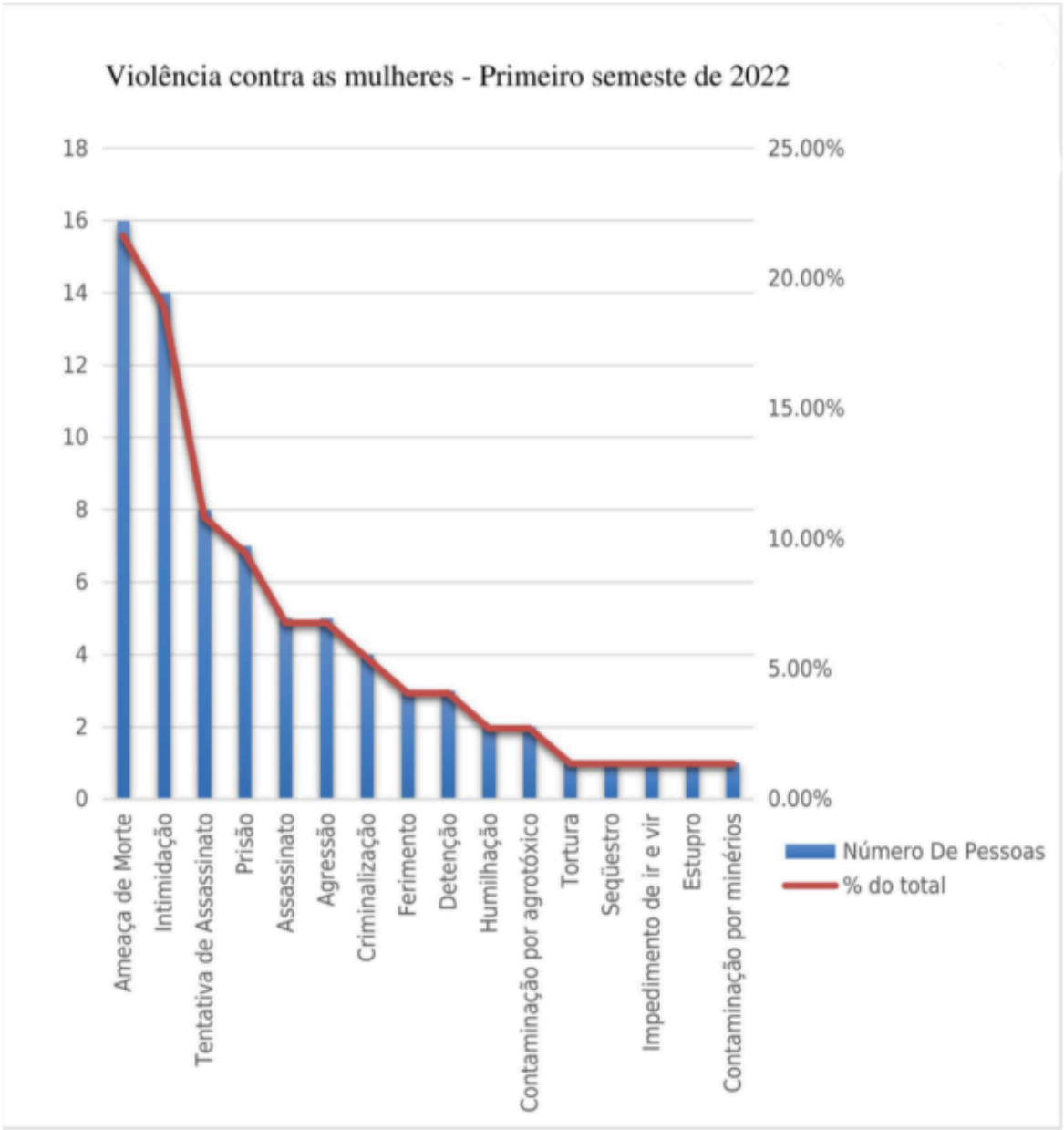
Como se já não bastasse as condições de extrema precarização em que viviam estes sujeitos, a violência empregada como forma de amedrontar, desencorajar e desestabilizar emocionalmente essas pessoas foram constantes em maior parte do período de ocupação, fazendo inclusive com que outras famílias não participassem da segunda chegada de novos membros na área ocupada.

Neste mesmo contexto, destacamos a figura das mulheres que vivenciaram cada etapa durante o processo de territorialização do assentamento em questão, pois até o fato de ser mulher dentro de espaços como de um acampamento e dos movimentos de luta, as tornam alvo "mais perseguidos" por estas serem consideradas como os membros mais vulneráveis nestes territórios em disputas.

Acerca do processo de territorialização e as relações das pessoas assentadas com a terra e as formas de resistências, Haesbaert (2020, p. 82), destaca “a abordagem do território-corpo da terra, terra-território como corpo ou, simplesmente, do território-corpo”. Neste sentido, o território é tomado como parte do corpo, uma extensão do corpo na terra, estando muito mais além da relação de domínio e uso sobre a terra, e por isso deve ser defendida.

Ousadamente afirmamos que as mulheres imersas e à frente nestes processos de territorialização dos movimentos de resistência estão de certo modo mais vulneráveis, diante das violentas formas de repressão e perseguição que esses sujeitos sofrem historicamente. A seguir um gráfico sobre a violência contra as mulheres no campo e na luta pela terra nos 6 primeiros meses de 2022:

Gráfico 01 - Violência contra as mulheres - no primeiro semestre de 2022.



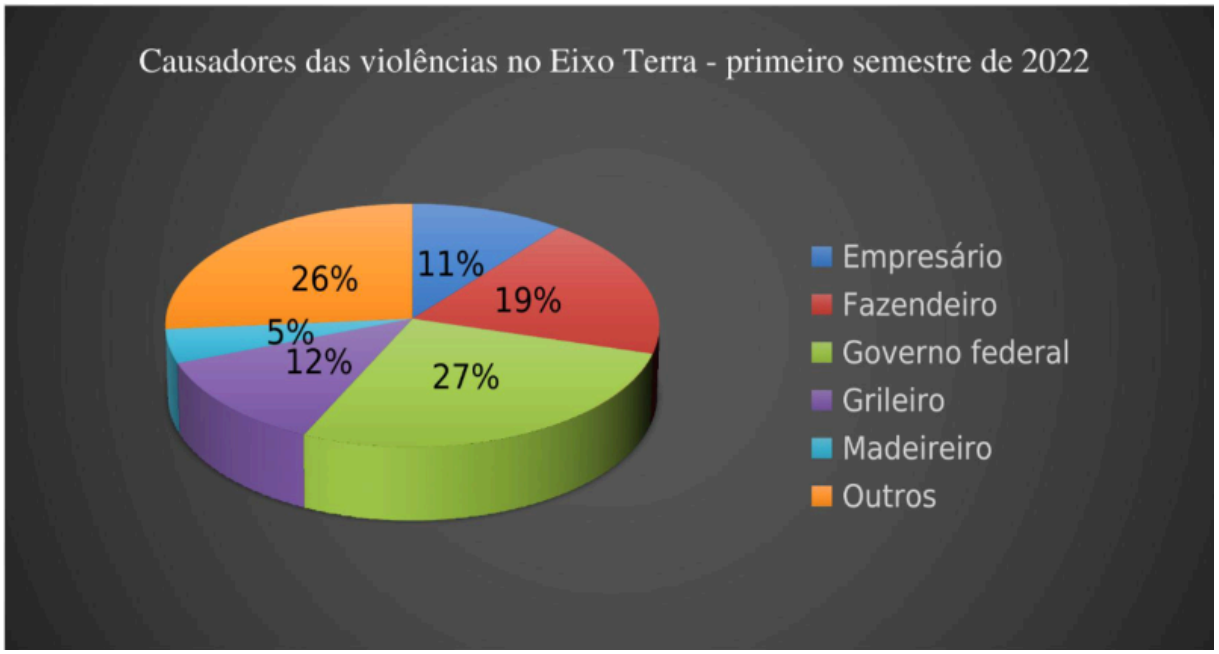
Fonte: CPT, 2022

Como pode ser observado no gráfico acima, houve diversas formas de violência contra as mulheres. Destacamos que esses registros foram feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), abrangendo apenas o primeiro semestre do ano. No gráfico, as ameaças de morte são destacadas seguidas das intimidações. No entanto, ressaltamos que as demais formas de violência enfrentadas pelas mulheres neste período não são menos importantes que as mencionadas.

Com base nos relatos dos moradores do assentamento pesquisado, podemos afirmar que as mulheres foram as principais vítimas de violência durante o processo de consolidação do assentamento.

No que diz respeito aos responsáveis pela violência no contexto da terra, é possível afirmar que são numerosos, indo desde a instância governamental, que teoricamente deveria mediar os conflitos fundiários e não figurar nas estatísticas de violência no campo como é costume, até os proprietários latifundiários, entre outros, que utilizam a violência como meio de oprimir e silenciar os indivíduos envolvidos na luta pela terra. Abaixo, segue um gráfico dos principais responsáveis pelas violências no campo em 2022:

Gráfico 02 - Causadores das violências no eixo terra



Fonte: CPT, 2022

São diversos os causadores das violências ocorridas no campo. Neste sentido, destaca-se a atuação do Governo Federal e dos próprios fazendeiros, estes últimos seguidos pelos grileiros e empresários. Cabe salientar que outros agentes causadores dessas violências não foram mencionados diretamente, como os pistoleiros, figuras emblemáticas no nordeste brasileiro. Diante das violências perpetradas por diversos atores, cabe aos afetados resistirem, permanecendo assim engajados na luta pela terra.

A resistência dessas famílias caracteriza a luta pela terra no âmbito dos movimentos sociais. A resistência é como uma ressignificação do sonho de possuir uma terra própria. Ela é

uma arma poderosa na luta pela terra, sendo uma das formas mais contundentes de reafirmar a importância da luta e da vida diante das desigualdades no acesso à terra, sua distribuição e suas finalidades. Resistir torna-se, assim, sinônimo de lutar e não desistir.

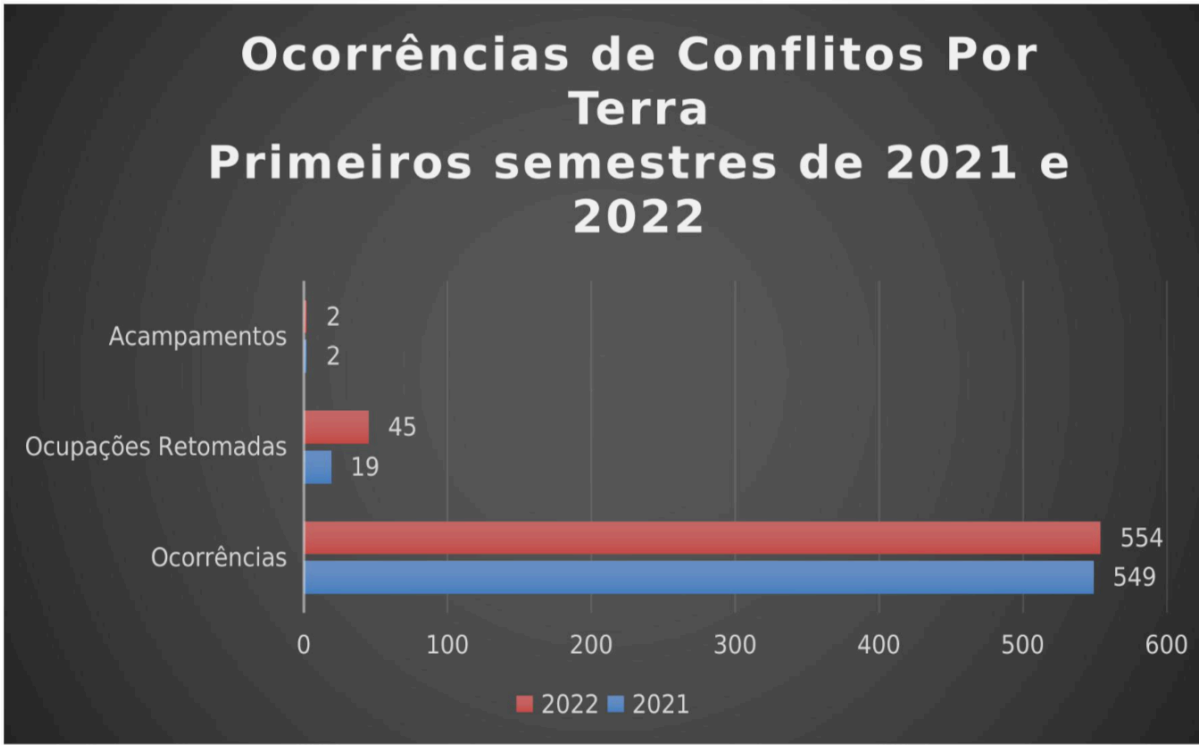
Quanto à violência extrema no campo, Pereira (2015, p. 230) destaca a ocorrência dos "assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais e defensores de direitos humanos" como tentativa de silenciar os demais envolvidos nas causas da luta, agindo criminosamente sem temer sequer as leis e a justiça.

Apesar de as mortes dessas lideranças afetarem diretamente os movimentos de luta, estes continuam buscando persistir na causa, também como uma estratégia para fazer valer a justiça, buscando assim que os criminosos responsáveis pela retirada abrupta dessas vidas paguem por seus atos perante a lei.

Ainda que alguns desses assassinatos ganhem grande repercussão na mídia nacional ou até mundial, como no caso do assassinato do ativista brasileiro Chico Mendes em 1988, grande parte desses casos foi arquivada sem a prisão dos culpados, mesmo que estes sejam reconhecidos como os mandantes de tais atrocidades.

A luta pela terra é o pano de fundo para diversos conflitos, envolvendo principalmente os grandes e médios proprietários de terras em contrapartida aos trabalhadores sem terra. Nesse cenário, os sem terras lutam reivindicando o acesso à terra, seja esta devoluta ou de propriedade privada. É importante destacar que a ocupação de terras feita pelos movimentos socioterritoriais ocorre em áreas que estão desocupadas, muitas vezes em especulação, apesar de propagarem o contrário.

Gráfico 03 - Ocorrência dos conflitos por terra no primeiro semestre de 2021 e 2022 no Brasil



Fontes: CPT: Ocorrência de conflitos por terra em 2022.

Podemos observar que durante os primeiros semestres de 2021 e 2022 houve um aumento considerável das ocupações e retomadas de ocupações, mediadas pelos movimentos sociais de luta. No entanto, o número de registros de conflitos por terra nestes períodos também aumentou.

No Brasil, os conflitos por terra marcam a luta dos movimentos socioterritoriais que buscam lidar com a problemática da estrutura agrária, introduzindo as famílias sem terra no campo através de ocupações, reivindicações e trabalho de base para apresentar os desdobramentos das mediações adotadas em meio aos conflitos fundiários, visando garantir os direitos dos envolvidos nos processos judiciários.

Neste processo de luta que culminou na consolidação do assentamento em questão, os conflitos por terra neste município entraram para as estatísticas. Nessa perspectiva, destacamos o relato de dona Luz sobre suas vivências enquanto estava acampada.

> Uma das poucas coisas que não faltaram em nossa luta foi a coragem, e nós que hoje estamos aqui para contar tudo que passamos somos a prova viva. Minha casa era de lona e madeira, um vento mais forte a derrubava, minhas mãos sempre estavam calejadas, hora de cortar lenha, hora de limpar o mato de inchada. O único meio de transporte que eu tinha eram minhas pernas, nós éramos tão perseguidos que nem

> pagando conseguimos um carro para irmos à cidade, se fosse algo grave, virava estatística. Me chamaram de quase tudo, principalmente de vagabunda, a única coisa que não me chamavam era Santa (LUZ, 2023).

Para quem está inserido nesse contexto, esses movimentos e ações de luta têm um sentido coletivo e uma razão plausível, relacionada ao direito de acesso à terra. No entanto, para muitos, esses movimentos são vistos apenas como uma forma de apropriação indevida de propriedades alheias, e por isso utilizam-se dessas narrativas para perseguir discriminadamente aqueles que vivenciam essa luta, frequentemente violenta.

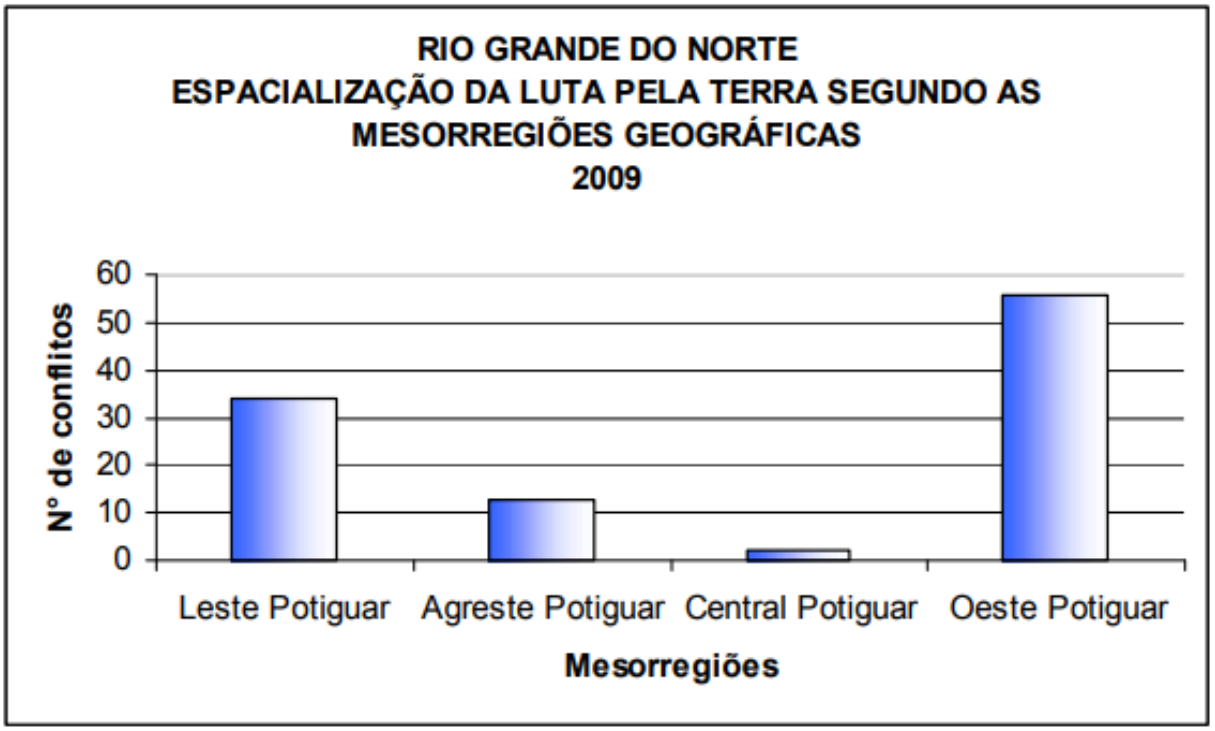
Sobre a violência enfrentada pelas mulheres acampadas nesse período, a senhora Luz relata:

> Quando chegamos aqui, eu era uma mulher casada, mãe de três filhos e desempregada, sem terra. Tive que fazer trabalho de homem para colocar comida na mesa para meus filhos. Eu andava disfarçada, me vestia de homem e agia como tal, porque nós mulheres também éramos perseguidas, pois na condição em que estávamos e onde estávamos, éramos os alvos mais fáceis para a maldade e a violência dos homens. Nesse tempo, eu não saía de casa sem minha faca, pois na beira daquela estrada até a coragem de um homem eu levei, além de ser assediada, sem falar nas mulheres que sangraram nas mãos de monstros disfarçados de homens. (SENHORA LUZ, 2023)

É fato que a violência, de uma forma ou de outra, afetou todas as pessoas envolvidas nesse processo de luta, contudo, alguns sujeitos foram mais afetados nesse mesmo processo. De acordo com os relatos, foram as mulheres que participaram ativamente na luta que resultou na criação do assentamento em destaque.

Ampliando um pouco além da área estudada, podemos analisar as mesorregiões em nosso estado (RN) que se destacam na luta pela terra, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 04 - Espacialização da luta pela terra segundo as mesorregiões geográficas



Fonte: Incra, Demonstrativo das Áreas de Conflito/RN, 2009

Os dados apresentados evidenciam a espacialização dos movimentos que lutam pela terra e, como consequência dessa luta, os conflitos por terra. Entre as quatro mesorregiões citadas, a de menor incidência de conflitos foi a Central Potiguar, registrando menos de 10 conflitos neste ano, enquanto a de maior destaque foi a do Oeste Potiguar, ultrapassando a marca de 50 registros de conflitos por terra no mesmo período.

Nessa perspectiva, destaca-se o assentamento pesquisado, localizado no Oeste Potiguar do estado, a mesorregião com o maior número de registros de conflitos por terra, conforme dados do INCRA em 2009. No Rio Grande do Norte, os núcleos dos movimentos sociais que lutam pela terra e pelos direitos sociais das populações rurais estão ativos. Lima (2010) identifica os principais movimentos atuantes no estado:

> São vários os movimentos sociais que se apresentam como mediadores desta luta por terra no Rio Grande do Norte. Atualmente, cinco movimentos sociais se espacializam no estado: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN) (LIMA, 2010, p. 55).

Diante dos conflitos por terra e da desigualdade na distribuição de terras pelos grandes latifundiários, a atuação desses movimentos sociais é fundamental para mediar essa problemática na luta pelo acesso à terra no Brasil.

No caso do assentamento em questão, o MST atuou indiretamente no processo de ocupação e na luta dos Sem Terras. Conforme relatos dos atuais assentados, que anteriormente estavam na condição de acampados, a luta do MST serviu de inspiração, motivando essas famílias desde o início do processo e contribuindo para as consolidações alcançadas.

Sobre o papel do MST na consolidação do assentamento, destacamos o relato de uma moradora:

> Eu nem sabia dos meus direitos como agricultora, como pessoa da terra sem terra, antes de ocuparmos essas terras. Eu vi na televisão que muitas famílias estavam conseguindo sua terrinha por conta do MST, que lutava no campo por tudo que era de direito das pessoas do campo. Foi assim que conheci o MST e me encorajei a lutar pela minha terra, e hoje posso dizer que tenho minha terra (DONA LUZ, 2023).

Embora essas famílias não fossem diretamente filiadas ao MST, foram motivadas e mantiveram-se na luta pela terra através da influência indireta do movimento. Isso reitera a importância dos movimentos sociais para mediar um problema estrutural que frequentemente é negligenciado pelo Estado.

Nos meios de comunicação, a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil é frequentemente distorcida, sendo marginalizada para descredibilizar a verdadeira causa da luta. As formas utilizadas pelo movimento para acessar a terra são frequentemente criminalizadas. Até quando enfrentaremos essas inversões de valores? Até quando estaremos imersos nesse campo minado que é a reforma agrária brasileira?

Tais questionamentos tornam-se cada vez mais evidentes em relação à questão agrária. Em meio à contínua luta pela terra, as classes que lutam aguardam ansiosamente uma resposta, não apenas para esta questão, mas para a resolução imparcial e consistente que atenda às verdadeiras demandas e garanta a segurança desses envolvidos.

No próximo capítulo, discutiremos o processo de territorialização do assentamento pesquisado, em cada fase até sua consolidação como assentamento. Considerando o debate realizado sobre as disputas territoriais pela terra em linhas gerais, centraremos nossa análise em uma experiência que ilustra essa disputa: a constituição do assentamento professor Maurício de Oliveira. Para fomentar essa discussão, utilizaremos o conceito de territorialização para analisar tal processo no assentamento pesquisado.

4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA/ ZONA RURAL DE ASSU/RN.

Antes de adentrarmos na discussão do processo de territorialização do Assentamento Professor Maurício de Oliveira, é necessário discutir o conceito de territorialização. Esse processo envolve a construção e planejamento de territórios, que passa pela fixação do homem na terra através do domínio técnico sobre esta, isto é, sua lógica de criação e seu processo de desenvolvimento (Haesbaert, 2004). Isso nos ajudará a compreender como ocorreu o processo de territorialização do Assentamento Professor Maurício de Oliveira.

Segundo os relatos dos moradores do Assentamento Professor Maurício de Oliveira (2023), a iniciativa para a ocupação das terras onde está situado o atual assentamento surgiu no ano de 2003, em meio a uma conversa casual entre um grupo de amigos residentes na cidade de Assú, que eram agricultores sem terra, e que viviam da prestação de trabalho agrícola desenvolvido em propriedades privadas no município.

Ainda em 2003, essa ideia foi discutida em uma reunião de moradores e apoiadores da causa realizada no Sítio Riacho, no município de Assu. Estavam presentes cerca de 20 famílias locais e aproximadamente 15 representantes de famílias residentes no perímetro urbano, totalizando 35 famílias. Nessa reunião, foi discutida a possibilidade de uma ocupação na zona rural como forma de acesso à terra para essas famílias.

Analisando os relatos dos moradores do assentamento que contribuíram para esta pesquisa e que participaram desde o início desse processo de luta pela terra, percebe-se que um dos motivos inquietantes, ou melhor dizendo, motivadores para a iniciativa do movimento social de base que culminou no processo de territorialização da área ocupada, foi a indignação com o fato de que essa parcela da população assuense, que em sua maioria dependia do trabalho rural, não possuía sua própria terra para a produção de renda e subsistência. Isso ocorria em contrapartida à percepção da existência de grandes propriedades de terras em desuso no município.

Como não indignar-se diante de tal realidade? Onde aqueles que mais dependem da terra não podem fazer uso dela? Como não revoltar-se pelo fato de ter que lutar para ter acesso à terra? Essas e outras inquietações certamente estão presentes nas vidas desse coletivo que buscou incessantemente o reconhecimento da igualdade de direitos no que diz respeito ao acesso à terra.

É nesse contexto que se deram os primeiros passos em direção à consolidação do que posteriormente se tornou, por meio de muito enfrentamento e trabalho coletivo, o Projeto de Assentamento Professor Maurício de Oliveira. A partir desse momento, foi traçado o caminho

para uma grande conquista para uma série de agricultores que viviam na condição de sem terra, residentes tanto em áreas rurais quanto urbanas de Assú/RN.

Principalmente nesta reunião, discutiu-se a necessidade dessas diversas famílias terem acesso à terra, visto que a maioria delas eram agricultores sem terra. Ao surgir a oportunidade de possuir sua própria propriedade rural, esses agricultores partiram em busca da consolidação desse sonho, firmando-se a partir do trabalho de base.

Nas palavras do senhor Zezinho (2023), "o ano de 2003 foi um marco para muitas famílias que tinham o sonho de viver da sua própria terra". Foi em 2003, depois de muito planejamento e trabalho, que os primeiros passos foram dados para a ocupação, no ano seguinte, das terras destinadas à criação do que posteriormente viria a se tornar o Assentamento Professor Maurício de Oliveira.

A seguir, serão apresentados dois quadros que mostram a trajetória e a relação com o trabalho no campo dessas 20 famílias que participaram desta fase antes do processo de ocupação desta área.

Quadro 1 - Trajetória dos membros da ocupação		
Zona Rural	Zona Urbana	Total
15 Famílias (75%)	5 Famílias (25%)	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

No quadro 1 temos os números das famílias que residiam em Assú, zona rural e urbana, onde o maior contingente se encontrava na zona rural. Destacamos mediante aos relatos dos assentados que todas estas famílias tinham em comum o fato de não terem sua própria terra, por mais que muitos desses já vivessem no cam

Quadro 2 - Experiência na produção agrícola		
Sim	Não	Total
18 Famílias (90%)	2 Famílias (10%)	100%

Fonte:Elaborado pela autora, 2023

No quadro 2, temos a relação em números das famílias que já trabalhavam no campo e já tinham experiência no desenvolvimento de alguma atividade na agricultura. Estas famílias estavam sob a relação de trabalho assalariado, desenvolvendo atividades em domicílios rurais particulares e empresas agrícolas. Também é apresentado o número das famílias que ainda não tinham experiência no desenvolvimento dessas atividades.

As terras desta ocupação estão localizadas às margens da BR 304, que liga Natal a Fortaleza, a aproximadamente 12 km a oeste da sede da cidade de Assú. Esta, por sua vez, situa-se na Região Imediata do Açu, cerca de 211 km da capital, sendo seu acesso a partir de Natal. A seguir, apresenta-se um mapa da área onde a sede do assentamento foi estabelecida:

Mapa 02 - Sede do assentamento Prof° Maurício de Oliveira/Assu/RN.



Fonte: Felipe Rone, 2023

Na primeira ocupação, cerca de 20 famílias de trabalhadores sem terra montaram coletivamente o primeiro acampamento nestas imediações. A escolha desta área deu-se após algumas pesquisas sobre as propriedades rurais de terras em desuso na zona rural de Assú, incluindo terras privadas e de domínio público. Esta pesquisa foi realizada pelos mesmos sujeitos que surgiram com a ideia de ocupar uma terra para viverem.

Acerca da prática da ocupação de terras pelos trabalhadores rurais e a territorialização destas em meio ao movimento de luta e resistência do MST, Fernandes (2001) afirma o seguinte:

> No Brasil, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Nas últimas décadas, ocupar latifúndios tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistando a terra e territorializando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (FERNANDES, 2001, p. 1).

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta (Fernandes, 2001). Compreendendo que de fato não há esta reforma agrária, o acesso à terra fica cada vez mais limitado para os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. É através de movimentos de territorialização como a ocupação e a luta pela terra que torna-se possível ter acesso à mesma.

Acerca do processo de territorialização, Haesbaert (2007) o caracteriza como um processo de dominação e apropriação territorial, na construção espacial de um novo território, seja este material ou imaterial dentro de uma série de categorias. Haesbaert (2007) discute a territorialização dos espaços enquanto construção social, como é o caso da ocupação do território do atual Assentamento Professor Maurício de Oliveira. O papel do trabalho de base é de extrema importância, pois é a partir destes que intensifica-se a resistência dos sem-terra nesse processo de busca pelo acesso à terra. Os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições, acontecendo por meio da construção do espaço de socialização política (Fernandes, 2001).

No processo de ocupação de determinado espaço, como na territorialização de uma área de acampamento, por meio do trabalho de base, utiliza-se do espaço de socialização política em três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência (Fernandes, 2001).

> A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. As condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado. Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social (FERNANDES, 2001, p. 4).

Sobre as ocupações como forma de acesso à terra, Fernandes (2001) afirma que participar de um movimento como este não é uma decisão simples, pois a partir do momento da ocupação, todas as vidas envolvidas são transformadas, dando assim espaço para o medo e a insegurança destes.

Compreendo que a trajetória em busca da terra é árdua e relativamente frágil, pois a segurança e a vida das pessoas que fazem parte desses movimentos de luta estão por muitas vezes negligenciadas pelo poder público, que tende historicamente a favorecer os grandes latifundiários concentradores de terra no Brasil. Este, dentre outros, é mais um motivo para se discutir a questão agrária no Brasil e a importância dos movimentos sociais de luta como o MST.

Um dos relatos mais frequentes dos moradores do Assentamento Professor Maurício de Oliveira (2023) é retratado do período de ocupação e de consolidação do acampamento, referindo-se às condições básicas para a manutenção da vida, pois as famílias que ali estavam passavam por condições extremas de fome, sede e medo, acompanhadas do descaso por parte do poder público. Um exemplo claro da problemática do acesso à terra e da urgente necessidade da reforma agrária no Brasil.

Sobre a questão agrária brasileira, Martins (1999) salienta que a mesma tem sua temporalidade, que não se restringe a um governo, sendo esta "monolítica invariante". Ou seja, a questão agrária é uma questão histórica estrutural, fazendo parte concreta da história brasileira, que envolve não somente questões políticas, mas também questões sociais.

Martins (1999, p. 101) destaca que “convém não esquecer de que sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais”. Isso quer dizer que a reforma agrária também chama a atenção de grupos e de classes sociais distintas, fazendo parte destas realidades. Acerca da discussão da questão agrária, há certos envolvidos nessa pauta, sem sequer possuírem uma relação pessoal com a terra, mas estes estão movidos por algum interesse pessoal, político ou econômico (Oliveira, 2000).

Durante a territorialização do Assentamento Professor Maurício de Oliveira, houve inúmeros casos de tentativa de interferência externa na área da ocupação que viria a se tornar o atual assentamento. Nestas tentativas, um contratado da propriedade privada especulada para implementação do assentamento tentou coagir diversas vezes o "suposto" organizador dessa ocupação, para que o mesmo convencesse as famílias que ali estavam a desistirem desta ocupação. Posteriormente, explicaremos os conflitos ocorridos nesse período.

A construção do território, como na consolidação de projetos de assentamentos, sendo estes de origem dos movimentos sociais como o MST, que não têm a sua atuação ligada a alguma iniciativa do Estado e/ou às criações governamentais projetadas pelas políticas de assentamento pensadas no contexto da reforma agrária, tendo como representante o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cria-se assentamentos como o Projeto de Assentamento Professor Maurício de Oliveira.

A construção social e concreta do território do atual Assentamento Professor Maurício de Oliveira não se isenta dessa "relação bilateral entre o ser e o meio, onde se destaca as relações de poder na apropriação espacial dos limites fronteiriços e na produção dos novos territórios", Fernandes (2005, p. 27). Sobre o entendimento do território e as diferentes relações sociais envolvidas na produção do mesmo, o autor supracitado destaca que:

> Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional (FERNANDES, 2005, p. 27).

Neste sentido, os problemas relacionados à questão agrária também são inerentes ao controle social de cunho político de ordem estrutural. Ou seja, a luta pela terra, os conflitos fundiários e a concentração de terra dizem respeito aos territórios materiais e imateriais, e devem ser pensados nestes dois âmbitos para a sua resolução, partindo da iniciativa dos movimentos socioterritoriais ou das políticas públicas (Fernandes, 2005).

Nesta perspectiva, entramos em discussão acerca da questão da posse e da propriedade da terra no Brasil, com destaque na contextualização dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra. Para isso, faz-se preciso contextualizar primeiramente e pontualmente ambos os conceitos para chegarmos ao entendimento dos mesmos em relação ao uso da terra.

De acordo com Oliveira e Borderes (2009, p. 1002), a posse da terra diz respeito, no âmbito jurídico, "à exteriorização dos poderes inerentes ao domínio, o exercício do direito real subjetivo de usar, gozar e dispor de uma determinada coisa". Ou seja, nos casos relacionados à terra, essa posse se dá e é garantida através do usufruto constante da terra. Isto é, viver na terra e da terra, utilizando-se desta como meio de produção para a manutenção da vida, é estar no controle físico e ocupar esta, independentemente de ser ou não proprietário.

Mesmo passados 17 anos do reconhecimento como assentamento e da titulação feita

pelo INCRA das terras do Assentamento Professor Maurício de Oliveira, algumas das famílias residentes desde o início do período da ocupação dessas terras ainda vivem na condição de posseiro, pois nem todos os assentados conseguiram receber a titulação de sua terra. Relato de um morador do assentamento (2023). Abaixo uma imagem da entrada do assentamento estudado com destaque na placa alocada pelo INCRA, onde aponta-se que o assentamento foi titulado pelo INCRA.

Figura 01 - Entrada do assentamento Professor Maurício de Oliveira



Fonte: Kennedy 2023, trabalho de campo

A posse da terra durante o período de territorialização do que estava se tornando o assentamento Professor Maurício de Oliveira foi de extrema importância nesse processo. Para além da fixação na área de ocupação, o uso da terra marca a luta e trajetória dos que ali estão atualmente assentados, pois é dela que se vive. Estes trabalhadores rurais, que em números são a maioria dos residentes deste assentamento, e para as famílias não tituladas, é através do processo de posse destas terras que se mantêm na luta dos trabalhadores rurais sem terra, pelo reconhecimento legal de sua propriedade rural.

Segundo Oliveira e Borderes (2009, p. 100), “a propriedade, por sua vez, diz respeito à instrumentalização do domínio”. Ou seja, refere-se ao uso da propriedade de uma forma que não é apenas para o beneficiamento do proprietário em si, mas também faz jus ao uso legal desta propriedade por terceiros ou entidades.

> Nesse sentido, aquele que dispõe da propriedade pode ter, usar, dispor e readquirir o bem, desde que esteja consolidado seu domínio. Porém, antes de exercer tais

> prerrogativas que lhe são inerentes, deve atender à inserção social da propriedade, isto quer dizer, deve atender à prestação obrigacional que a propriedade lhe impõe", afirmam Oliveira e Borderes (OLIVEIRA, BORDERES, 2009, p. 99).

No projeto de assentamento Professor Maurício de Oliveira, das 70 famílias assentadas, apenas 2,85% deste contingente ainda estão no processo de titulação de suas terras. Ou seja, esses 2,85% não possuem a propriedade formal de sua terra, a titulação, mas asseguram-se sobre a detenção da posse da terra. De acordo com a senhora Dona Dêssa (2023), esse problema se deu em decorrência de problemas na documentação necessária desses moradores, apresentadas no processo para a titulação da propriedade.

Resumidamente, ao se tratar da posse e propriedade da terra, ambas andam lado a lado e, por mais que sejam distintas, também são indissociáveis uma da outra, pois no Brasil vale o fato de mesmo detendo a propriedade de uma terra e não possuir a mesma, pois a terra é tida como renda capitalizada, segundo Oliveira e Borderes (2009).

Embora pareça que no Brasil a terra vale até mesmo estando apenas em especulação, em total desuso, a terra tornou-se para o capitalismo um bem produtor de renda para a manutenção de si próprio. Por isso, ela detém um valor em meio às relações inerentes à terra e as formas de geração de renda para o caixa do capitalista, como destaca Oliveira (2007).

A ocupação da terra é a principal forma de luta dos camponeses organizados em movimentos sociais no Brasil e o Estado, em resposta a essas ações, cria os assentamentos rurais, como apontam Girardi e Fernandes (2008). A criação do assentamento Professor Maurício de Oliveira foi dada como uma das respostas cobradas por meio da luta pela terra.

Neste contexto, os movimentos socioterritoriais, como conceitua Fernandes (2002), atuam em prol do reconhecimento de seus territórios, do acesso à terra para os que não a detêm, a garantia de seus direitos e as condições de permanência após a ocupação de determinado espaço e a territorialização dele. Esses movimentos estão diretamente ligados à questão do acesso à terra e dos territórios como respaldo das desigualdades e injustiças no contexto que diz respeito à questão agrária, que também é um problema social discutido por Silva (1985).

O projeto de assentamento em discussão passou por diversas e longas etapas em meio à luta camponesa, onde este vivenciou todas as fases possíveis de implementação consideradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até sua consolidação enquanto Projeto de Assentamento como parte do projeto de reforma agrária no Brasil. Dentro dos debates acerca da reforma agrária, a vida no campo e as desigualdades sociais no Brasil, Girardi e Fernandes (2008) apresentam uma visão acerca destas questões,

que envolve não apenas a problemática da questão agrária, mas trata em suma o conjunto de fatores que embasam essa problemática.

> O Brasil é um país caracterizado por desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza. Os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo, compõem o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país, mantendo suas características contraditórias em favor de um pequeno número privilegiados que detêm os meios de produção e controlam a política e as finanças (GIRARDI, FERNANDES, 2008, p. 74 - 75).

Talvez como uma tentativa de reparação histórica dos problemas sócio estruturais como a concentração de terra imersa na questão agrária no Brasil, os projetos de reforma agrária surgem em meio à luta constante, atuando como mitigadores parciais de uma parcela desta problemática, por mais que esses projetos se deem de forma lenta e não igualitária.

Indo em contrapartida a esses projetos de reforma agrária no Brasil, Girardi e Fernandes (2008) destacam um fator preocupante para os movimentos de luta pelo acesso à terra, que diz que "nas últimas décadas tem ocorrido a incorporação constante de novas terras na estrutura fundiária brasileira. Entre 1992 e 2003 foram acrescidos 108,5 milhões de hectares na estrutura fundiária, principalmente na Amazônia e nos cerrados".

Como se calar diante de tais dados alarmantes, diante deste contexto de novas incorporações de terras à estrutura fundiária brasileira deve-se buscar entender como estas incorporações se deram e qual o impacto causado em relação à classe trabalhadora que busca sua terra.

> Esta incorporação de novas terras ocorre com a manutenção da concentração, já que o índice de Gini em 1992 era de 0,826 e apresentou decréscimo de apenas 0,010 para o ano de 2003. Além disso, essas terras são incorporadas com fins especulativos, pois em 1998 as terras exploráveis não exploradas no Brasil somavam 75,4 milhões de hectares (GIRARDI, FERNANDES, 2008, p. 76).

Nesse mesmo cenário, enquanto milhares de famílias ainda lutam pelo acesso à terra, onde em resolução um número relativamente pequeno, em relação ao grande contingente de famílias que buscam a garantia do acesso à terra, vem sendo assistido pelo Estado de fato, mas ainda há muito no que se melhorar nesses projetos de assistência, em contrapartida a estrutura fundiária brasileira passa a incorporar novas terras contribuindo para a manutenção da concentração de terra nas propriedades latifundiárias, Girardi e Fernandes (2008).

Em contrapartida, no assentamento Professor Maurício de Oliveira, as 70 famílias assistidas pelos projetos da reforma agrária ainda enfrentam uma série de desafios em relação à terra e ao uso desta, pois a luta dessas famílias não acaba com a implementação de um PA

de assentamento e a entrega de seus lotes de terra, pelo contrário, essa é apenas a primeira vitória em meio à luta constante pela terra. De nada adianta para os que vivem na terra e da terra reter a propriedade rural e não poder possuir e fazer o usufruto da mesma.

Para os que vivem assentados, a terra é a base de tudo, mas a infraestrutura desta é essencial para que estes se mantenham nela e dela. Ou seja, a terra sem água e as demais infra estruturas torna-se incapaz de produzir, e para os sujeitos que vivem da produção da agricultura e da pecuária no meio rural, torna-se inviável viver na terra nestas condições (Fernandes, 2005).

De acordo com os moradores do assentamento Professor Maurício de Oliveira (2023), a estrutura do assentamento deixa a desejar, pois mesmo a comunidade sendo abastecida gratuitamente pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), e as terras tendo o potencial para a perfuração de poços de água potável, ambos não suprem a totalidade da demanda por água, pois nem todos os dias há água da CAERN para abastecer os estabelecimentos rurais, e tão pouco todas as famílias têm a condição financeira para pagar por uma perfuração de um poço artesiano.

Sobre os assentamentos rurais e as condições de vivência, Girardi e Fernandes (2008) destacam que:

> Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI, FERNANDES, 2008, p. 77).

Outro caráter conservador da política agrária brasileira, que consiste basicamente na política de assentamentos rurais, é que ela não consegue sequer zerar o saldo migratório campo-cidade e manter os postos de trabalho no campo (Girardi e Fernandes, 2008). No assentamento estudado, parte dos moradores passam por esse processo migratório por não ter como evitá-lo. Neste sentido, estes envolvidos buscam formas de resolver tal problemática, pois lutaram pela terra para que pudessem se manter nestas, trabalhando e colhendo os frutos deste trabalho. Voltar à cidade por não conseguirem viver somente de sua produção está em consonância com a falta de assistência no campo, impactando a realidade de diversas famílias.

Infelizmente, torna-se cada vez mais acentuada essa migração “campo-cidade” em relação à falta de condições de trabalho no campo, fazendo com que um grupo de trabalhadores busque preencher essa lacuna ocupando os postos de trabalho no perímetro urbano, enquanto os mesmos tendem a viver no campo.

Os deslocamentos, ocorridos diariamente ou entre períodos predeterminados durante a semana, mês ou ano, no assentamento Professor Maurício de Oliveira, tornaram-se comuns, pois, por falta de infraestrutura, assistência e acessos, diversos moradores se veem obrigados a preencherem as lacunas seja em relação ao acesso à saúde, à educação dos seus filhos ou ao trabalho para garantia do sustento, em outras imediações.

As dinâmicas internas ocorridas nesse assentamento fazem com que alguns desses moradores busquem, por conta própria, uma forma mais viável de mitigar quaisquer que seja o fator problema. Lembrando que estes moradores lutaram muito para conseguir ter acesso a sua terra, para poderem viver de seu trabalho em sua propriedade, contudo estes acabam retornando para a cidade por diversos motivos como a falta de assistência médica, falta de infraestrutura para as produções e consequentemente a procura por emprego, já que estes nem sempre conseguem se manter de sua terra.

Na realidade do PA Professor Maurício de Oliveira, de acordo com um residente (2023), “muitas vezes a produção daqui não dá conta das necessidades, e não se pode viver só daqui”. Acerca dos relatos como esse, deve-se levar em consideração os fatores apresentados posteriormente sobre a terra e a infraestrutura da mesma, pois sabemos que há a terra, os trabalhadores, a necessidade e a vontade de viver totalmente do campo, mas sem condições para o trabalho essas demandas apenas iriam se intensificar com o tempo.

Para além das dificuldades enfrentadas para a produção agrícola de subsistência, os moradores do PA professor Maurício de Oliveira convivem com a falta de outras demandas básicas para a assistência e manutenção básica da vida no campo. O PA estudado conta com o abastecimento de água encanada, energia elétrica, o mesmo também possui uma sede da associação dos moradores e uma pequena horta compartilhada.

Partindo para o acesso à saúde e educação, estes ficam a desejar, pois não há uma escola para as crianças da comunidade e tão pouco uma unidade básica de saúde. Por não possuir uma UBS (Unidade Básica de Saúde) na comunidade, a cada 15 dias a sede da associação recebe a assistência de um(a) enfermeiro(a) e/ou um(a) médico(a), para atendimentos básicos de rotina. Já em relação ao acesso à educação, a prefeitura municipal disponibiliza um ônibus durante a manhã e à tarde para acesso às escolas na sede municipal ou nas proximidades. Destacamos que para esses acessos fora do assentamento os moradores percorrem uma distância média de 15 Km.

Aqui evidenciamos mais uma vez, que não basta ter o acesso a terra, deve-se também ter a garantia de que estes assentados possam se manter na terra. Essa garantia se dá por meio do cumprimento básico dos direitos humanos como os que dizem respeito ao acesso à saúde e

à educação. Uma vez que estes assentados passam por alguma adversidade a ter o cumprimento desses direitos dentro destes espaços, os mesmos ficam à mercê da assistência de outros espaços.

Em relação aos direitos das pessoas assentadas, Marcela Miwa, Ana Luiza Moura e Carla Ventura (2023, p. 496) destacam que "no Brasil, o desafio para a garantia do exercício de direitos esbarra em profundas desigualdades sociais, o que fragiliza não somente a garantia de direito, como também a implementação de políticas públicas que possam sanar as demandas da população". Nesta perspectiva as autoras afirmam:

> No caso da população ligada ao campo, os profundos contrastes na distribuição de terras, de recursos e acesso a serviços fazem com que moradores de assentamentos rurais deparem-se com precárias condições de sobrevivência" (MIWA, MOURA e VENTURA, 2023, p. 495).

Ao se tratar da garantia dos direitos humanos, como o acesso básico à moradia, assistência social, saúde, trabalho e à educação, a população do campo infelizmente é mais afetada se comparada à realidade urbana. Sobre este aspecto, Carneiro et al. (2007) afirmam:

> No que diz respeito ao direito à saúde da população rural, foi um processo de lutas, pressão e negociação com o Estado; contudo, somente em fins da década de 1980, com a atuação de movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Estado passou a prestar maior atenção às reais necessidades da população rural (CARNEIRO et al., 2007).

Dentro da luta histórica em prol do acesso à terra, a atuação dos movimentos sociais de luta, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sido de grande representatividade nesse processo contínuo de luta pela terra e da busca pelas condições básicas para viver na mesma e de sua produtividade, como apontam Carneiro et al. (2007). Como respaldo dessa luta tem-se a política de assentamento dentre outras iniciativas.

Retomando as discussões sobre a política de assentamento em meio ao projeto de reforma agrária no Brasil, Fernandes (2008, p. 84) destaca que:

> a política de assentamentos rurais caracteriza, por seu alcance reduzido, a reforma agrária conservadora executada no Brasil. Essa política não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais ou impedir o êxodo rural (FERNANDES, 2008, p. 84).

A concentração de terras por parte dos grandes latifundiários permanece fortificada em meio à luta camponesa (Fernandes, 2008). No sentido das ocupações para a implementação dos assentamentos Fernandes (2008, p. 77) explica que "as áreas ocupadas são principalmente

latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186 da Constituição Federal".

Na luta pela terra, os movimentos sociais envolvidos desde sempre foram e são marginalizados, por mais que estes, antes de quaisquer iniciativas, "invasão" ou ocupação, estes buscam sempre agir conforme as leis e ao que diz respeito à constituição dentre as formas de se fixar e apossar-se de determinado território.

De acordo com Fernandes (2008, p. 77) "como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça".

Além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio e, por isso, as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto (Fernandes, 2008, p. 89).

No próximo capítulo discutiremos as relações dos assentados com a terra, as formas de produção que estes utilizam e as relações comunitárias, praticadas por diversas famílias em prol do desenvolvimento da agricultura.

5 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS: AGRICULTURA FAMILIAR, O USO DA TERRA, PARTILHA E TROCA NO ASSENTAMENTO PROFESSOR MAURÍCIO DE OLIVEIRA

O uso da terra é fundamental para entender as dinâmicas da vida no campo, já que é uma das bases primordiais para a subsistência dos que dela dependem. Em meio às relações comunitárias, o uso da terra é caracterizado pela partilha e troca de produções, que podem ser realizadas de forma conjunta ou individual. No assentamento pesquisado, essas dinâmicas comunitárias estão intimamente ligadas à problemática do acesso a condições favoráveis de produção.

Segundo Melo e Scopinho (2015), o trabalho desenvolvido em cooperativas no campo enfrenta diversos desafios. Nos assentamentos rurais pelo Brasil, ainda há grandes dificuldades de acesso a serviços, o que pode complicar o trabalho cooperativo e até mesmo a criação de cooperativas.

De fato, o trabalho cooperativo está sujeito a vários fatores, como a necessidade de uma sede e um espaço específico para realizar as atividades, indo além das pequenas produções nos quintais das famílias assentadas. No caso do trabalho comunitário, a situação é semelhante, mas os assentamentos que possuem uma associação ativa podem facilitar o acesso às condições de produção quando necessário, visando garantir uma renda para várias famílias. O assentamento estudado, como veremos na imagem a seguir, conta com uma associação operante.

Figura 02 - Sede da associação do assentamento Professor Maurício de Oliveira



Fonte: Kennedy, 2023, trabalho de campo

Figura 03 - Produção na horta comunitária do assentamento profº Maurício de Oliveira



Fonte: projeto vale sustentável, 2023

No caso do assentamento Professor Maurício de Oliveira, essas relações estão fortemente presentes, seja no trabalho compartilhado, na troca de produtos ou na doação de alimentos produzidos, doações que geralmente ocorrem entre os próprios moradores do

assentamento. Mais uma vez, destacamos a importância da terra, pois é sobre ela que tais relações ocorrem. É nela que o trabalho pode ser desenvolvido, que o sustento total ou parcial ocorre, e é dela que muitas vezes se tiram as condições para se manterem como agricultores e agricultoras.

Durval et al. (2008, p. 02) fazem uma ressalva para a produção de subsistência e as formas de produção nos assentamentos, entendendo que "nos assentamentos rurais ocorre uma reconstrução do agricultor, que, pelo resgate de seus hábitos culturais, produz ao menos uma parte do autoconsumo alimentar". Ou seja, mesmo que a forma desse agricultor tenha passado por alguma interferência, ele busca quase que de forma espontânea uma mediação.

Estar na terra possibilita um viés para que os agricultores possam manter-se na condição de agricultor, no entanto, faz-se necessária a condição de permanência na terra. O ato da partilha e/ou troca pode ser considerado como uma forma de garantir a permanência desses sujeitos no campo, pois dessa forma eles podem ter acesso a uma diversidade maior de produtos e, em contrapartida, destinar seu excedente, se necessário.

Outro aspecto do uso da terra neste assentamento é a produção de mudas de espécies nativas para venda e/ou reflorestamento de áreas locais e externas ao assentamento. Essa prática está presente em alguns dos quintais das famílias visitadas, assim como a produção de sementes crioulas para o plantio e comercialização, como pode ser observado nas figuras 4 e 5.

Figura 04 e 05 - Produção de mudas de espécies nativas do bioma caatinga em um dos quintais do assentamento



Fonte: Kennedy, 2023, trabalho de campo.

Sobre as produções realizadas nos quintais de diversas famílias deste assentamento, podemos destacar o projeto Vale Sustentável, que visa recuperar áreas degradadas na Região Imediata de Açu e atua também no Litoral Norte do Estado. Por sua vez, beneficia as populações atendidas com a implementação em seus projetos dos quintais produtivos, das hortas agroecológicas, das cisternas, entre outros.

Neste assentamento, o projeto Vale Sustentável contribui principalmente com o reflorestamento de uma área degradada da caatinga e com a implementação de quintais produtivos, fornecendo subsídios para que as famílias possam produzir em seus quintais e/ou melhorar suas produções nestes espaços.

Acerca da produtividade agrícola no assentamento estudado, a agricultura predominante é de base familiar, sendo dessa forma que diversas famílias garantem parte ou totalidade da alimentação e da renda. As produções variam de acordo com os períodos do ano, as demandas de consumo e mercado, e as condições para o desenvolvimento das diversas culturas, tais como o acesso a sistemas de irrigação, incentivos agrícolas, ou até mesmo as condições relacionadas ao clima semiárido.

Sobre a produção de base familiar, Souza et al. (2011) afirmam:

> Apesar de sua importância, a agricultura familiar se depara com várias dificuldades, tais como a escassez de terra, a falta de assistência técnica, a baixa disponibilidade de recursos financeiros, dentre outras, que limitam seu desenvolvimento. Uma das consequências dessas limitações é a relativa dificuldade desse segmento em alcançar o padrão tecnológico vigente, necessário ao alcance de maior competitividade" (SOUZA et al., 2011, p. 219).

Apesar da suma importância da agricultura familiar para a produção e distribuição de alimentos, enfrenta uma série de desafios para que possa se desenvolver plenamente. Talvez um dos maiores obstáculos no cenário atual seja os impactos causados pela grande indústria do agronegócio, que penetra cada vez mais profundamente no campo, deixando muitas vezes um rastro de desigualdade e desapropriação no campo sofridas pelos pequenos agricultores e agricultoras.

De acordo com Duval et al. (2008, p. 08), "a inserção dos alimentos produzidos em assentamentos rurais no município de Araraquara representa uma estratégia de inclusão social das famílias assentadas, visto que suas tentativas de viabilizar a entrada direta de suas produções no comércio local ainda não têm logrado o sucesso esperado".

É notório que tais inclusões se fazem mais do que necessárias, compreendendo as necessidades dos agricultores enquanto assentados. Para além do que se produz, faz-se necessário também os meios para que esses produtos possam chegar ao mercado consumidor, proporcionando assim a oportunidade para esses agricultores alcançarem e manterem-se no mercado.

No assentamento Professor Maurício de Oliveira, mesmo que ainda faltem mais iniciativas "públicas" para que a produção excedente possa circular, nem que seja no mercado local da cidade, estes produtores, por conta própria, destinam parte da produção para o comércio local. Se esses mesmos sujeitos tivessem algum incentivo para a destinação precisa de seus produtos, eles poderiam investir mais em suas produções, podendo até gerar condições de vida mais favoráveis e fortalecer a permanência no campo.

Abaixo veremos um quadro de alguns dos alimentos produzidos no assentamento em questão e deslocados pelos produtores para o comércio na cidade em áreas de vendas.

Tabela 01 - Alimentos produzidos no assentamento, suas destinações e assiduidade.

Produtor	Produtos	Destinação	Assiduidade
Zezinho	1/2/4/5	rodoviária	semanal
Maressa	2/4/5	centro	semanal
José	1/3	feira	quinzenal
Maria	3/4	feira	semanal

1 Batata. 2 Alface. 3 Feijão. 4 Coentro. 5 Cebolinha. 6 Macaxeira
Fonte: Kennedy, 2023

De acordo com o relato dos agricultores, a iniciativa para o comércio deles, que distribuem seu excedente em áreas específicas da cidade de Assú, onde há espaço para o comércio dos produtos, estes não se limitam à venda direta dessas mercadorias, e também repassam para a revenda por terceiros. A destinação da parcela da produção que sai do Assentamento Professor Maurício de Oliveira varia entre algumas localidades que tornaram-se pontos de entrega ou venda.

Entre os pontos de venda e distribuição, podemos citar a feira livre no centro da cidade, o terminal rodoviário e a feira livre do Bairro Frutilândia. As destinações acabam oscilando durante os períodos do ano, pois alguns dos alimentos comercializados nestas áreas são produzidos em períodos específicos. Quando o mesmo não está em seu período de produção, os produtores fazem outros cultivos que podem ou não ser inseridos nestas áreas de comércio.

Acerca das culturas produzidas no assentamento estudado e suas destinações, a moradora Dona Maria (2023) destaca o seguinte:

> Nessa nossa terra a gente planta de tudo um pouco, na medida que podemos plantar. Tem ano que plantamos muito feijão, batata, macaxeira, milho, coentro e cebolinha, um monte de coisas, mas também tem ano que plantamos menos, porque às vezes a água é pouca, as chuvas não chegam a tempo, falta dinheiro e tempo pra fazer muita coisa só (DONA MARIA, 2023, p. 2).

É notória, em meio aos relatos, a importância que esses sujeitos atribuem à vida no campo e ao uso da terra e de seus frutos, entendendo que estes, muitas vezes, ainda são dependentes inteiramente de suas produções e, consequentemente, da terra propriamente dita, pois sem a terra, esses sujeitos não teriam como produzir. Mas, também é evidente a falta de infraestrutura em relação ao processo de organização produtiva, deixando esses agricultores e agricultoras dependentes das condições naturais para que possam produzir.

Nesta perspectiva, destacamos algumas das principais culturas produzidas no Assentamento Professor Maurício de Oliveira, tanto em sistemas conjuntos quanto em sistemas particulares: batata-doce, mandioca, feijão, milho, sorgo, jerimum, alface, coentro, cebola de talo (cebolinha), abacaxi, tomate, mamão, manga, caju, limão e acerola. Mediante os relatos de parte dos residentes do assentamento, esses alimentos são os mais comuns nos quintais das famílias produtoras. Abaixo, imagens das plantações feitas nos quintais do assentamento:

Figura 06 e 07 - Imagens das produções do assentamento



A) Plantio de batatas	B) Canteiro de coentro	C) Plantação de abacaxi



D) Canteiro de cebolinha	E) Espigas de milho	F) Plantação de feijão

Fonte: Kennedy, 2023, trabalho de campo

Algumas das produções feitas nos quintais do assentamento variam bastante de família para família, onde podemos encontrar em um quintal a produção apenas de uma cultura específica, como a do feijão, já em outros podemos encontrar três ou mais culturas.

Figura 08 - Canteiro de um quintal produtivo com mais de uma cultura cultivada



Fonte: Kennedy, 2023, trabalho de campo

Segundo Duval et al. (2008, p. 10), "Ao serem assentados, as práticas culturais reproduzidas em suas glebas são fortemente marcadas por atividades agrícolas". Ou seja, a ligação das pessoas assentadas com a terra é fortalecida após estes receberem a seguridade de sua propriedade. Com isso, as atividades de cunho agrícola, já antes praticadas, fortificam-se em grande parte das vezes.

Sobre a relação com a terra por parte dos agricultores do assentamento em questão, esta vai muito além do vínculo relacionado ao trabalho e consequentemente sua fonte de renda, pois estes vivem em sua terra e dela retiram seu sustento. Para os assentados, a terra é considerada parte da vida destes, porque a mesma foi obtida através de muitos anos de luta, de resistência, de suor e trabalho.

Em relação ao trabalho de base familiar e aos apoios das iniciativas públicas para as produções agrícolas em assentamentos, Aquino e Schneider (2015) destacam que:

> A agricultura familiar constitui uma forma de produção e trabalho que foi historicamente marginalizada no Brasil, marcada por significativas desigualdades sociais e espaciais. Os principais beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural foram os grandes e médios produtores ligados ao setor exportador, deixando de lado o pequeno produtor rural (AQUINO, SCHNEIDER, 2015, p. 53).

Entende-se que historicamente os governos privilegiam sem pudor algum a elite empresarial composta pelos grandes e médios detentores de produções agrícolas. Produções estas que, por sinal, não têm como destino final as mesas das famílias brasileiras; pelo contrário, estas são voltadas para as exportações. Cabe salientar que a produção que abastece o país em sua maioria advém do trabalho dos pequenos agricultores, com suas produções de base familiar.

Se são estes agricultores e agricultoras, com esse tipo de produção, que alimentam o país, por que não têm os mesmos acessos que os grandes e médios produtores quando se trata de incentivos, de beneficiamentos e da segurança da garantia de seus direitos, enquanto produtores contribuintes e acima de tudo enquanto cidadãos da sociedade brasileira?

Diante de tais questões, salientamos o pensamento de Kautsky (1986) sobre a forma na qual o capitalismo no meio rural vem subjugando os pequenos produtores, de tal forma que muitos são induzidos tanto indiretamente quanto diretamente a passar a ocupar e/ou voltar aos postos de trabalho assalariado, onde estes sequer são remunerados de acordo com sua força de produção. Desta forma, o grande faz com que o pequeno permaneça nesta cadeia hierárquica desigual em todos os sentidos e com um status quo amparado pelas iniciativas públicas.

Neste sentido, destacamos os impactos dessas relações, inclusive entre a juventude, pois faltam formações, iniciativas, condições para que os mesmos possam manter-se na realidade dos assentamentos. Com isso, parte destes sujeitos parte em busca de melhores condições de vida.

Neste sentido, podemos afirmar que sim, os grandes produtores são privilegiados em todos os sentidos quando se diz respeito à produção de commodities no campo, passando por cima das pequenas produções mediante as vantagens que o mesmo possui e utiliza-se para permanecer à frente no mercado. Ao passo que as produções que saem dos quintais, da terra e do trabalho de base familiar mais uma vez se encontram precarizadas e desassistidas.

Parte dos relatos advindos de famílias residentes e produtoras nas terras do assentamento Maurício de Oliveira diz respeito às dificuldades em relação à produção de alimentos por conta própria, indo em contrapartida ao desejo de produzir.

> Viver aqui é muito bom, poder plantar nessas terras que tanto lutamos pra ter não tem preço. O ruim mesmo é quando não conseguimos plantar para dar de conta de pelo menos o de comer e espalhar por aqui. Tem ano que o dinheiro não dá pra comprar as sementes boas ou a água não dá conta de tudo, aí fica difícil. A sorte mesmo é que tem os vizinhos que se ajudam, dão um punhado de milho, um cozinhado de feijão ou ajudam a preparar a terra pra plantar o que der, é desse jeito que nós vamos levando (DONA MARIA, 2023).

O ato de partilhar tem se tornado cada vez mais preciso no assentamento estudado, pois há diversos momentos que se estas relações não ocorressem algumas famílias se complicariam bastante quando não conseguiam manter sua plantação regular ou até mesmo plantar. Este mesmo ato é um elemento da territorialização e do método de socialização do trabalho e das produções. Saber que estes podem contar com a ajuda de alguém deve ser, no mínimo, consolador, mas o que falta mesmo são os apoios governamentais, para garantir minimamente as condições de permanência desses assentados em sua terra.

Sobre a agricultura familiar, Souza (2015, p. 23) destaca que "esta vem sendo excluída em âmbitos diferentes, como pelo lado social, tornando-se cada vez mais vulneráveis em relação ao acesso aos incentivos financeiros e à entrada ou permanência no mercado de comércio da produção agrícola". Mas não é de hoje que esse segmento de produtores enfrentam tais problemas acerca da garantia de suas produções e acesso ao mercado consumidor, sequer haviam políticas públicas voltadas a esse público.

Como já mencionado, o assentamento Maurício conta com uma sede da associação dos moradores associados. A mesma possui uma pequena horta comunitária onde alguns dos moradores em conjunto utilizam-se desse espaço para realizar pequenas produções, trabalhando uns com os outros. Salientamos que este espaço coletivo é relativamente novo, pois este se deu apenas no ano de 2022, por intermédio da associação da comunidade, do projeto Vale e da prefeitura municipal.

Figura 9 - Horta comunitária do assentamento professor Maurício de Oliveira



Fonte: Kennedy, 2023, trabalho de campo

Por mais que o assentamento já conte com a infraestrutura dessa horta comunitária, os moradores produtores/agricultores necessitam de equipamentos e infraestrutura, para além das rudimentares já presentes na imagem da Figura 10. Se faz necessário apoio técnico para análise de solo e distribuição das culturas, materiais e equipamentos de manutenção, plantio e colheita, projeto e planejamento de irrigação, além de sistema de distribuição com a organização de feiras agroecológicas locais que permitam a troca direta entre os agricultores e compradores locais.

Observando as principais demandas desses moradores relacionadas aos trabalhos compartilhados, estes envolvidos necessitam ainda de muitos aparatos no quesito produção e acessos. Pois, para além das iniciativas advindas do próprio assentamento e de seus moradores, há pouco apoio de algum órgão público ou até mesmo de políticas públicas que corroboram com esse movimento do trabalho rural de base familiar.

Precisa-se de mais atenção para essa parcela da população que ainda luta pela garantia de seus direitos no que diz respeito ao acesso à terra. Atenção esta que por parte da governança do Estado brasileiro enquanto nação precisa-se respeitar e garantir os direitos da classe trabalhadora. Precisamos de mais respeito para com a causa e imparcialidade no que diz respeito à detenção dos direitos daqueles envolvidos, independentemente de sua classe social, raça ou crença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao tema discutido, Porto Gonçalves (2016, p.74) destaca que

> o quadro referente aos conflitos por terra no Brasil ratifica o padrão de poder que vem sendo desenhado desde 1970, onde o Estado vem criando condições de produção que favorecem os acúmulos dos capitais privados (PORTO GONÇALVES; 2016, p. 74).

Estes padrões de relações entre Estado e as classes dominantes caracterizam a construção do território que hoje entendemos como Brasil, onde a expansão e o desenvolvimento territorial deram-se de acordo com os interesses principalmente das classes elitistas.

Neste cenário, sempre estiveram presentes as indignações das chamadas minorias a respeito da construção social e concreta dos territórios brasileiros, que absurdamente segregam o Estado em duas dimensões distintas, onde, em um lado, se encontram as "elites" e, no outro, as classes sociais mais desfavorecidas historicamente. Nesta dimensão está o combustível que move essas mesmas minorias a continuarem lutando, seja pela terra, seja pela igualdade em direitos ou pela vida.

No Brasil, em detrimento aos usos da terra, Araújo (2020) faz uma discussão muito importante no que diz respeito à função social da mesma, buscando entender qual de fato é a função social da terra. Consequentemente, a autora destaca que a terra deve ser também mantida para continuar dando suporte para o desenvolvimento da vida. A terra não deve ser utilizada não somente como um meio de produção, mas como um todo que é parte essencial para a vida.

Em meio à realização deste trabalho, notamos que a relação desta parcela da população que está em meio à luta pela terra, entre outras, vai além das típicas relações de poder entre "o ser humano", a terra e seus usos. Pois a terra, assim como Haesbaert (2019) discute, para aqueles que de fato vivem na terra, esta é tomada como parte indissociável da vida destes sujeitos, pois a mesma está diretamente ligada à manutenção da vida destes.

Entendendo a dimensão do problema da estrutura fundiária brasileira, nosso argumento é que tal realidade é propulsora dos inúmeros conflitos acerca da distribuição da terra. Estes conflitos estão cada vez mais nítidos no meio rural, onde principalmente estão os movimentos de luta pela terra e pela permanência na mesma. Destacamos, a fim, que movimentos de luta, como o MST, não buscam tão somente um pedaço de terra, como de fato

é propagado midiaticamente, mas sim a segurança para manter-se desta, a igualdade na detenção de seus direitos sociais básicos, pelas vidas e por justiça social.

Discutindo acerca dos conflitos fundiários e a luta pela terra no Brasil, destacamos a importância dos movimentos de luta e resistência nesse contexto. Diante do trabalho apresentado, muitos recortes foram realizados para fins de finalização do texto. No entanto, muitas outras inquietações nos surgem, o que nos abre caminhos para propormos possíveis trabalhos futuros, onde a discussão possa se verticalizar sobre o protagonismo das mulheres em meio aos movimentos de luta e a vida no campo, não mais sobre as sombras, e sim para enxergarmos para além das margens essa problemática latente no assentamento em questão, que em virtude de nossos objetivos não pode ser abordada no momento, mas já se coloca como perspectiva futura de pesquisas vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o Desenvolvimento Rural Brasileiro: Avanços, Contradições e Desafios Para o Futuro**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Cap.1, p.53-55.

ARAÚJO, A. K. S. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UERN**. Mossoró: Edições UERN, 2021.

ARAÚJO, E. S. **A Função Social da Terra Rural**: Descumprimento leva a Desapropriação. Porto Velho/RO, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ANDRADE, M. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **À Realidade dos Assentamentos Rurais por Detrás dos Números**. Estudos Avançados, v. 11, n. 31, p. 37-49, set. 1997. Brasil.

CARNEIRO, F. F. et al. **A saúde das populações do campo:** políticas oficiais às contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 209–30, 2007.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Açu, estado do Rio Grande do Norte. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL:** A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA. Agrária, São Paulo, no 8, pp. 73-98, 2008.

GUTERRES, J. A.; SOARES, **P. A Propriedade da terra e a questão Agrária Brasileira.** Revista da faculdade de direito UFPR, 2013.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate**. GEOgraphia - Ano IX - No 17 - 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/. Acesso em: 21 de Novembro de 2023.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2010, p. 392.

IBGE. Moradores do campo. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=moradores+do+campo. Acesso em: 21 de Novembro de 2023.

JÚNIOR, M. A. M. Reforma Agrária no Brasil: Alguma Considerações Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 14, pp. 4-22, 2011. (está correta)

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** São Paulo: Nova cultural, 1986.

LIMA, S. F. **Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais**: o Caso dos PAs Timbó e Mata Verde - Espírito Santo/RN. João Pessoa/PB, 2010.

MANÇANO, B. F. **BRAVA GENTE A TRAJETÓRIA DO MST E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

MANÇANO, B. F. **Ocupação Como Forma de Acesso a Terra**. São Paulo, 2001.

MANÇANO, B. F. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA** – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005 – ISSN 1806-6755.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento:** Projetos de Reforma Ágrária Conforme Fases de Implementação 2023. DD Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA.

MIWA, M. et al. **Direitos humanos e direito à saúde de moradores de assentamentos rurais do MST**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 2, p. 495–507, abr./jun. 2023.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária** - O Impossível Diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. **A. Participação em Cooperativas de Assentamentos Rurais: Estudo Sobre os Sentidos do Trabalho.** Psicologia em Estudo, vol. 20, núm. 4, octubre-diciembre, 2015, pp. 129-541. (está correta)

MOLINARO, C. A. **Dignidade, Direitos Humanos e Fundamentais:** Uma Nova Tecnologia Disruptiva. Revista de Bioética y Derecho, Barcelona-Espanha, n. 39, p. 103–19, 2017.

OLIVEIRA, Á. B.; BORDERES, K. B. **PROPRIEDADE, DOMÍNIO, TITULARIDADE, POSSE E DETENÇÃO**. Revista Jurídica (FURB), [S.l], v. 13, n. 25, p. 99-107, nov. 2009. Disponível em: https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/1601. Acesso em: 21 de Novembro de 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia e os movimentos sociais.** Perspectiva Geográfica, v. 3, n. 3, p. 7-28, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. Editora FFLCH, São Paulo, 2007, p. 66.

PECQUEUR, B. **O Desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes, v. 24, n.º 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PEREIRA, A. R. **A Prática da Pistolagem nos Conflitos de Terra no Sul e no Sudeste do Paraná (1980-1995)**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.8, n.1, jan.-jun., 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R-Existência. In: FLORES, P. C. L.; GUERREIRO, L. G.

(Eds.). **Pueblos Originarios en lucha por las CLACSO**. 2016.

RAMOS, P. **Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais.** RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, n. 12, 2009.

REDALYC. Participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780003. Acesso em: 21 de Novembro de 2023.

SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; JOSE, N. **Agricultura familiar versus agricultura não-familiar:** uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 42, n. 1, p. 219, 2011.

SOUZA, P. M. **Desenvolvimento rural e políticas públicas na comunidade Barra da Espingarda (zona rural-Caicó/RN)**. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

SCOPINHO, R. **Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais**. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 6, p. 83-94, 2007.